

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

ATA N.º 2/2024

Reunião Ordinária Pública, de 30 de abril de 2024

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PSD);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PSD);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PSD);
- David Martins (PS);
- Elsa Maria da Cruz Ribeiro (PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CHEGA);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PSD);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);



- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Muriel Cristina Dias Neto (PSD);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PSD);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PSD);

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe (PSD);



--- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, José Manuel Madeira Guerreiro, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quinze minutos. -----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e vereadores, os deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, o público presente e o que estava a assistir, os funcionários da biblioteca, o secretariado de apoio, os técnicos de informática e os de som e imagem. -----

--- Disse que relativamente à transmissão via Internet das reuniões dos órgãos autárquicos, de acordo com uma recomendação da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), o público presente e os colaboradores do município tinham que dar autorização expressa. -----

--- Informou que tinha sido solicitado um pedido de substituição da Deputada Municipal Maria Dulce Reis Filipe. -----

--- Solicitou à **Deputada Municipal Muriel Cristina Dias Neto, Segunda-Secretária**, que procedesse à chamada.-----

Presenças: Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Sónia Margarida Correia Tomás.

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Segunda Secretária, Muriel Cristina Dias Neto, para informar sobre a correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia Municipal.-----

--- **A Segunda-Secretária, Muriel Cristina Dias Neto**, informou os membros da Assembleia Municipal, que nos termos alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a última sessão tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência:-----

--- *«A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve remeteu o Plano de Atividades CCDR Algarve, IP para o ano de 2024;-----*

--- *A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para a procissão do Enterro do Senhor, que se realizou no dia 29 de março de 2024;-----*



--- O CESOP - O Centro de Estudos e Sondagens de Opinião, remeteu o convite para participar - ESG nos municípios, Inovação & Desenvolvimento Local com o CESOP-Local, que se realizou no dia 29 de março; -----

--- A Assembleia Municipal de Albufeira remeteu o convite para sessão de esclarecimento sobre - "A RESPONSABILIDADE DOS AUTARCAS, NO ÂMBITO DO SIMPLEX URBANÍSTICO" que se realizou nos dia 4 de março;-----

--- A Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve remeteu o convite para o Seminário - Património da Saúde no Algarve que se realizou no dia 25 março 2024; -----

--- A Assembleia Municipal de Lagos remeteu o convite para as IV Jornadas de Lagos - Seminário - "O Poder Local e a Participação dos Cidadãos", que se realizou no dia 23 de março de 2024;-----

--- O Núcleo de Tavira da Liga dos Combatentes remeteu o convite para as comemorações da Batalha de La Lys, que se realizou no dia 09 de abril de 2024; -----

--- A Fundação Irene Rolo remeteu o convite para o evento - "Direitos das pessoas com deficiência: abril é agora!", que se realizou no dia 9 de abril; -----

--- A Re-food 4 Good – Associação remeteu o convite para a reunião Sementeira, que se realizou no dia 12 de abril;-----

--- A Assembleia Municipal de Vila do Bispo remeteu o convite para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que se realizou no dia 25 de abril; -----

--- A Associação Internacional de Paremiologia remeteu o convite para a Exposição ABSTRAÇÃO FIGURAÇÃO E LIBERTAÇÃO de Marisa Patrícia e Concerto pelo Grupo Coral OSSONoba, que se realizou no dia 20 de abril;-----

--- A CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve enviou a ata da Conferência dos Representantes do Grupos Intermunicipais realizada no dia 1 de fevereiro 2024; -----

--- A União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira remeteu o convite para as Comemorações do 1º de Maio Dia do Trabalhador, que se realizará no dia 01 de maio de 2024; ----

--- A Associação Cultural de Teatro Amador – Desafiar remeteu o convite para 5ª Grande Gala – Ouro sobre Azul, intitulada Rosto de Encanto, que se realizará no dia 06 de julho;-----

--- A Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve agradeceu o convite referente as Comemorações do dia 25 de Abril, "Dia da Liberdade";-----

--- A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu o convite para as comemorações do Dia da Mãe, que se realizará no dia 4 de maio; -----

--- A Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual – Portugal (ANDDI) remeteu o convite para a Conferência de imprensa de apresentação do "5.º Jogos ANDDI Portugal – Tavira2024", que se realizou no dia 26 de abril; -----



--- A Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira remeteu o convite para o almoço convívio do 16º Raid BTT que se realizará no dia 05 de maio;-----

--- O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. remeteu o convite para a apresentação do Plano Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa que se realizará no dia 4 de maio de 2024.-----

--- A Associação Ecotopia Ativa remeteu a participação na Consulta Pública do Plano de Mobilidade Sustentável da Cidade de Tavira;-----

--- A Paróquia de Monte Gordo remeteu convite para a conferência no âmbito do Dia da Europa que se realizará no dia 9 de maio.»-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Assembleia Municipal iria decorrer da seguinte forma:-----

--- Votação da Ata da Assembleia Municipal de catorze de dezembro de dois mil e vinte e três; ---

--- Apresentação de votos de congratulação e pesar; -----

--- Intervenção dos deputados municipais sobre assuntos não constantes na Ordem do Dia; -----

--- Ordem do Dia; -----

--- Intervenção do público. -----

--- Quanto à intervenção do público, referiu que quem pretendesse intervir, poderia fazê-lo inscrevendo-se até ao final do período Antes da Ordem do Dia. Relembrou que não poderiam ser abordados assuntos que integrassem a Ordem do Dia e que as intervenções não deveriam ser superiores a três (3) minutos.-----

--- Explicou que devido a um problema técnico caso os deputados pretendessem usar da palavra deveriam de levantar o braço para que a Mesa os pudesse identificar por ordem de inscrição uma vez que os códigos dos microfones tinham desaparecido. -----

--- **Colocou à consideração a aprovação da Ata número cinco (5) referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia doze de dezembro do ano dois mil e vinte e três, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- Em cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, não participam na votação os deputados municipais que não tinham estado presentes na sessão a que a ata dizia respeito: David Martins, Maria Margarida Flores e Silvino de Oliveira. -----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão O VOTO DE CONGRATULAÇÃO – RESTAURAÇÃO TAVIRENSE RECONHECIDA NA GALA MICHELIN NO ALGARVE** apresentado pelo Partido Socialista (PS) da Assembleia Municipal de Tavira. -----

--- O Deputado Municipal Ângelo Pereira procedeu à leitura do Voto de Congratulação.-----



--- «A Região do Algarve recebeu a primeira MICHELIN Guide Ceremony Portugal, numa cerimónia que decorreu no dia 27 de fevereiro, no NAU Salgados Palace & Congress Center da Guia, em Albufeira, tendo como coordenadores gastronómicos do evento os chefs Koschina Dieter, do restaurante Vila Joya (duas Estrelas MICHELIN), e Rui Silvestre, do restaurante Vistas Rui Silvestre (uma Estrela MICHELIN). -----

--- Neste evento algarvio, foi apresentada pela primeira vez, a seleção de restaurantes do guia de Portugal, bem como um conjunto adicional de prémios e distinções consideradas no mundo da gastronomia de referência e do turismo de alta qualidade. -----

--- A gastronomia algarvia está, como em todo o território português, ligada às tradições, mas vive um assinalável processo de atualização, sendo ainda de destacar a diversidade patente na gastronomia das diferentes localidades e regiões. Aliás, o que claramente distingue a gastronomia portuguesa é a sua grande riqueza regional, baseada em produtos autóctones que fundamentam um receituário muito diversificado. No caso do Algarve, encontram-se inúmeros peixes e mariscos na sua gastronomia, muitas vezes preparados na grelha para realçar, sem mascarar, a grande qualidade e sabor. -----

--- A estreita ligação do Algarve ao mar, uma referência internacional do litoral português, determina o forte carácter marítimo da sua gastronomia, com criações regionais tipicamente simples, onde é possível explorar a excelente qualidade dos seus peixes e mariscos. Em toda a região, além de um clima ameno, das magníficas praias e belíssimas paisagens naturais, os visitantes e os amantes da gastronomia podem usufruir de diversas formas de preparar e cozinhar o peixe, em receitas como as caldeiradas, em sopas ou grelhado no carvão, ou ainda na cataplana, onde uma caçarola esférica de cobre, dividida em duas metades permite uma cocção suave com alguma pressão. -----

--- Outras especialidades da região do Algarve são o cozido de grão-de-bico, as carnes, o milho e os vegetais, igualmente parte integrante da experiência gastronómica da serra. -----

--- A doçaria do Algarve privilegia a amêndoa e a alfarroba, produtos utilizados nos famosos Dom Rodrigo e nos Morgadinhos. -----

--- Se bem que Tavira tenha mantido um restaurante com uma estrela Michelin – o restaurante “A Ver Tavira, sublinhe-se o alargamento dos estabelecimentos tavirenses recomendados por aquela instituição internacional, juntando o restaurante “Noélia” em Cabanas ao Restaurante “À Mesa”, localizado no centro da cidade. -----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reunida a 30 de abril de 2024, delibera: -----

--- Aprovar um Voto de Congratulação pela realização da primeira Gala Michelin Portugal na Região do Algarve e pelo crescente reconhecimento internacional dos estabelecimentos de restauração de Tavira.-----

--- Enviar o presente Voto de Congratulação aos titulares destas distinções, como prova do nosso apreço institucional pela sua atividade e como incentivo na sua caminhada pela excelência gastronómica, bem como ao Turismo de Portugal, I.P. e à Região de Turismo do Algarve, enquanto parceiros na realização da Gala.-----

--- Remeter cópia da Deliberação que recair sobre esta proposta, à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para divulgação aos órgãos de comunicação locais, regionais e nacionais e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município.»-----

--- A Deputada Municipal Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves entrou na sala pelas vinte e uma horas e vinte e sete minutos.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **VOTO DE CONGRATULAÇÃO – RESTAURAÇÃO TAVIRENSE RECONHECIDA NA GALA MICHELIN NO ALGARVE**, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente Ata como documento número um.-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão O **VOTO DE CONGRATULAÇÃO – PRÉMIO NACIONAL DE FOTOGRAFIA DE ESPANHA 2024** apresentado pelo PS da Assembleia Municipal de Tavira.-----

--- O Deputado Municipal José Graça procedeu à apresentação do Voto de Congratulação.-----

--- “O fotógrafo tavirense João Ribeiro foi agraciado em março com o prestigiado Prémio Nacional de Fotografia de Espanha 2024, em Gibraleón, Huelva, repetindo o feito alcançado em 2021.-----

--- Com uma carreira de mais de 25 anos dedicada à arte da fotografia e à promoção cultural através da arte contemporânea, João Ribeiro destacou-se pela sua habilidade em capturar momentos únicos e construindo narrativas visuais cativantes.-----

--- Em 2021, João Ribeiro tinha sido destacado e premiado no mesmo certame com o Prémio Nacional, tendo sido na altura, o primeiro estrangeiro a ser premiado com este galardão espanhol.

--- Além da sua excelência como fotógrafo, João Ribeiro é também reconhecido pelo seu compromisso com o ensino da fotografia (Escola Profissional Gil Eanes, em Portimão), e a promoção da fotografia como forma de expressão artística na arte contemporânea.-----

--- Tem ainda desempenhado um papel fundamental na formação de novos talentos e na divulgação da importância da fotografia na sociedade contemporânea, nomeadamente através da agremiação tavirense Associação e Núcleo Amigos Fotógrafos Algarve (A|NAFA), da qual foi fundador e dirigente.-----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reunida a 30 de abril de 2024, delibera:-----



--- Aprovar um Voto de Congratulação pelo reconhecimento internacional alcançado pelo fotógrafo João Ribeiro. -----

--- Enviar o presente Voto de Congratulação ao fotógrafo e às direções da Associação e Núcleo Amigos Fotógrafos Algarve (A|NAFA) e da Escola Profissional Gil Eanes, em Portimão). -----

--- Remeter cópia da Deliberação que recair sobre esta proposta, à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para divulgação aos órgãos de comunicação locais, regionais e nacionais e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município.” -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **VOTO DE CONGRATULAÇÃO – PRÉMIO NACIONAL DE FOTOGRAFIA DE ESPANHA 2024**, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente Ata como documento número dois. -----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão O **VOTO DE PESAR – NUNO MANUEL GONÇALVES JÚDICE** apresentado pelo Partido Socialista (PS) da Assembleia Municipal de Tavira. -----

--- A Deputada Municipal Jovita Ladeira procedeu à leitura do Voto de Pesar. -----

--- «Nuno Manuel Gonçalves Júdice nasceu em 29 de abril 1949 na Mexilhoeira Grande (Portimão) e faleceu no dia 17 de março na cidade Lisboa. Licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, obteve o grau de Doutor pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com uma dissertação sobre Literatura Medieval, na qual foi professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, até à sua aposentação, como professor associado, em 2015.-----

--- Considerado um autor decisivo numa época de transição da poesia portuguesa, entre as tendências experimentais da década de 1960 e o tom mais quotidiano dos anos 80 e seguintes, a sua estreia literária deu-se com *A Noção de Poema* (1972). A sua obra inclui antologias, edições de crítica literária, estudos sobre Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. Lançou, em 1993, a antologia sobre literatura portuguesa do século XX, *Voyage dans un siècle de Littérature Portugaise*. Assinou ainda obras para teatro e traduziu autores como Corneille e Emily Dickinson. Tem obras traduzidas em Espanha, Itália, Venezuela, Inglaterra, França, México, Irão, China, Albânia, Suécia, Dinamarca, Grécia, Marrocos, Líbano, Colômbia, Canadá e República Checa. -----

--- Foi diretor da revista literária *Tabacaria* (1996-2009), editada pela Casa Fernando Pessoa, e Comissário para a área da Literatura da representação portuguesa à 49ª Feira do Livro de Frankfurt. Foi também Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal (1997-2004) e diretor do Instituto Camões em Paris. Organizou a Semana Europeia da Poesia, no âmbito da Lisboa '94 - Capital Europeia da Cultura. Foi diretor da Revista *Colóquio-Letras* da Fundação Calouste Gulbenkian. -----

--- Sendo um dos poetas portugueses mais traduzidos internacionalmente, recebeu, entre muitos outros, o Prémio Ibero-Americano Rainha Sofia, em 2013. Integrando a antologia de poetas algarvios “Algarve – 12 poetas a sul do século XXI” (2012), o volume “50 Anos de Poesia (1972-2022)” é uma súpula do seu percurso de meio século, que reúne mais de setenta títulos, entre poesia, ficção e teatro.-----

--- Reconhecido pelos seus pares e pela crítica em inúmeras ocasiões, recebeu ainda o Prémio Pen Clube em 1985 e o Prémio D. Dinis da Casa de Mateus em 1990. Em 1994, a Associação Portuguesa de Escritores distinguiu-o pela publicação de Meditação sobre Ruínas, e foi finalista do Prémio Europeu de Literatura Aristeion. A 10 de junho de 1992, foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada e, a 7 de junho de 2013, Grande-Oficial da mesma ordem.-----

--- Cantado por José Mário Branco, Carlos do Carmo, Carminho ou António Zambujo, o poeta algarvio foi justamente considerado um dos mais importantes da sua geração e, numa entrevista à RTP, começa por dizer que o poema é “a expressão de uma intensidade”. Da infância no Algarve, da qual guardava memórias vivas, confessa “que é lá, na terra onde nasceu, que se sente rejuvenescer”.-----

--- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de abril de 2024, delibera:-----

--- 1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Nuno Júdice.-----

--- 2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.-----

--- 3. Recomendar ao Município de Tavira a perpetuação da sua memória na toponímia tavirense, como um dos maiores poetas algarvios de todos os tempos.»-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE PESAR – NUNO MANUEL GONÇALVES JÚDICE, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente Ata como documento número três.-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão O VOTO DE PESAR – CARLOS ANDRÉ DE SOUSA GOMES apresentado pelo PS da Assembleia Municipal de Tavira.-----

--- O Deputado Municipal José Graça apresentou o Voto de Pesar.-----

--- “O falecimento do Dr. Carlos André de Sousa Gomes, médico de Saúde Pública e antigo Delegado de Saúde e Coordenador da Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve III – Sotavento, entre 2011 e 2022.-----

--- Iniciou o seu percurso profissional nos anos 80, passando pelo Alentejo, Setúbal e região do Algarve, tendo desempenhado a Coordenação de Serviços de Saúde e Delegado Concelhio de Saúde, nos concelhos de Serpa, Palmela, Castro Marim e Vila Real de Santo António. Em 2009 foi



designado Vogal do Conselho Clínico do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve III – Sotavento e, posteriormente, em finais de 2011, Delegado de Saúde Coordenador da Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve III – Sotavento, o qual tem a sua sede em Tavira, cargo que desempenhou até se aposentar, em 2022. -----

--- Ao longo da sua carreira coordenou ainda diversos Programas Regionais de Saúde, designadamente, PEPT 2000 - Programa de Educação para Todos, o Programa de Intervenção Integrada sobre Fatores Determinantes da Saúde relacionados com os estilos de vida e o Programa de Saúde Escolar.-----

--- Deve igualmente ser reconhecido o trabalho desenvolvido como membro da Subcomissão Municipal de Proteção Civil que, durante a pandemia COVID-19, assumiu um papel fulcral, trabalhando afincadamente, para a tão desejada mitigação da propagação da doença. -----

--- A sua disponibilidade para colaborar com o Município foi total, sempre numa atitude proactiva na procura de soluções, perante uma nova realidade, e na resposta atempada às solicitações por parte da população. -----

--- Conhecido pela sua simpatia e boa disposição, tratamento amável e proximidade dos utentes, funcionários e entidades, deixou uma enorme saudade em todos aqueles que com ele tiveram o privilégio de se relacionar. -----

--- Noutra faceta menos conhecida, sublinhe-se o seu empenho na preservação e valorização do Património Cultural Imaterial, nomeadamente através da sua participação em grupos de música popular e tradicional, como foi o caso do grupo Dar de Vaia, um projeto com mais de trinta anos de existência. -----

--- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de abril de 2024, delibera:-----

--- Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Carlos André de Sousa Gomes.-----

--- Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e ao Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve III – Sotavento e à Administração Regional de Saúde do Algarve, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.” -----

--- Disse que sabendo da existência de um Voto de Pesar pela Bancada do PSD (Partido Social Democrata) propunham a fusão dos dois, numa fase posterior e que após a respetiva votação fosse prestado um minuto de silêncio de homenagem quer a Carlos André, quer a Nuno Júdice, cujo Voto de Pesar tinha sido aprovado anteriormente, juntando ainda a homenagem a Laurentino Neto Gago, cidadão sobejamente conhecido de todos, falecido do dia vinte anterior e João Maria de Sousa também do Rancho Folclórico da Luz de Tavira, que tinham sido dois cidadãos que ao longo das suas vidas se tinham empenhado na defesa das causas das populações onde residiam mas também pelo desempenho profissional, Laurentino Neto Gago enquanto

bancário do Banco Nacional Ultramarino (BNU) e posteriormente como advogado e João Maria de Sousa como carteiro da Luz de Tavira que era conhecido de todos e também tinha sido membro da Assembleia de Freguesia. -----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo Municipal, os deputados municipais, os presidentes das juntas de freguesia, o público presente e o que estava a assistir em casa e todos os trabalhadores do Município. -----

--- Disse que efetivamente gostariam de fazer um Voto de Pesar conjunto. Pretendiam, contudo, proceder à leitura do Voto de Pesar da sua Bancada mas concordavam com a sugestão do Deputado Municipal José Graça em elaborarem um Voto Conjunto no caso de Carlos André. -----

--- A **Deputada Municipal Natércia Joaquim** procedeu à leitura do Voto de Pesar da Bancada do PSD:-----

--- *“Carlos André de Sousa Gomes, natural de São Brás de Alportel, faleceu a 02 de abril de 2024, com 68 anos. -----*

--- *Iniciou o seu percurso profissional nos anos 80, esteve ao serviço do SNS cerca de 40 anos, tendo-se reformado em junho de 2022, passou pelo Alentejo, Setúbal e região do Algarve, tendo desempenhado a Coordenação de Serviços de Saúde e Delegado Concelhio de Saúde, nos concelhos de Serpa, Palmela, Castro Marim e Vila Real de Santo António. -----*

--- *Em 2009 foi designado Vogal do Conselho Clínico do ACeS Sotavento e, posteriormente, em finais de 2011 Delegado de Saúde Coordenador da Unidade de Saúde Pública do ACeS Sotavento, cargo que desempenhou até 2022. -----*

--- *Ao longo da sua carreira coordenou ainda diversos Programas Regionais de Saúde, designadamente, PEPT 2000 – Programa de Educação para Todos, o Programa de Intervenção Integrada sobre Fatores Determinantes da Saúde relacionados com os estilos de vida e o Programa de Saúde Escolar. -----*

--- *Por todos os sítios por onde passou, é consensual sublinhar-se a sua relação disponível para com todos, bem como a sua boa disposição e o seu espírito solidário e diligente. -----*

--- *Pela sua dedicação à saúde pública, pelas suas qualidades profissionais, pelas suas qualidades humanas e pelo seu exemplo, endereçamos a toda a família e amigos as nossas condolências e sentido de profundo pesar. -----*

--- *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de abril de 2024, delibera: -----*

--- *Aprovar publicamente um Voto de Pesar pela morte de Carlos André Sousa Gomes; -----*

--- *Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento à sua família enlutada, apresentando-lhes as nossas condolências e sentido de pesar.” -----*

--- O Presidente da Assembleia Municipal referindo que relativamente ao falecimento de Carlos André Gomes as bancadas do PS e PSD tinham acordado que se tratava de um voto conjunto, colocou à votação o VOTO DE PESAR – CARLOS ANDRÉ DE DOUSA GOMES, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente Ata como documento número quatro.-----

--- Acrescentou que, tendo havido uma proposta do Deputado Municipal José Graça com a concordância da Deputada Municipal Ana Rita Pacheco em representação do PSD, iriam fazer um minuto de silêncio relativamente aos votos de pesar apresentados e mais duas personalidades do concelho de Tavira que tinham sido referidas pelo Deputado Municipal José Graça.-----

--- Fez-se um (1) minuto de silêncio.-----

--- O Deputado Municipal José Graça disse que gostaria de expressar publicamente, no início daquela Assembleia Municipal, após a aprovação, apreciação e votação dos votos que tinham anteriormente sido submetidos àquela Assembleia Municipal, uma nota de apreço, mas também de regozijo pela atribuição, no dia 25 de Abril anterior, da Ordem da Liberdade a um ilustre advogado taviense pelo Presidente da República. José Delgado Martins tinha as suas raízes familiares e atividade profissional também no concelho de Tavira, não propriamente o seu escritório de advogados, mas a sua atividade enquanto empresário agrícola e continuava a visitar Tavira com bastante regularidade, para além da atividade que vinha a desempenhar desde há quarenta (40) anos enquanto Presidente da Direção da Casa das Artes de Tavira.-----

--- Por aquele motivo, queria deixar, naquele momento, aquela nota de apreço pela atribuição da Ordem da Liberdade numa data tão significativa com tinham sido os cinquenta (50) anos do 25 de Abril e ainda mais por ter sido proposta pela Ordem dos Advogados Portugueses como reconhecimento do trabalho que tinha desenvolvido antes do 25 de Abril pela defesa pro bono dos alvos dos tribunais plenários ao serviço da ditadura em Portugal conjuntamente com mais nove (9) advogados que ainda estavam vivos e que tinham desempenhado aquele papel nos tempos difíceis da ditadura e que o Presidente da República tinha entendido por bem fazer aquela atribuição.-----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco referiu que pretendiam salientar a importância das obras que estavam a ser executadas com vista à redução de água, por parte da TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M., porque cada vez mais a água era escassa. Queria saber qual era a previsão para a conclusão das mesmas, pelo menos na margem esquerda, porque estavam a chegar ao verão e parecia-lhes existir uma falta de planeamento e de coordenação por parte do empreiteiro porque, em determinado momento, estavam a intervir em simultâneo em três (3) ruas, Almirante Cândido dos Reis, Poeta Emiliano da Costa e outra, e ainda no Jardim da

Alagoa o que causava um caos. Assim, pretendiam saber para quando estava prevista a conclusão, bem como a pavimentação até por existirem algumas ruas que já estavam tapadas. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, vereadores, deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, público presente e em casa, e todo o serviço de apoio.-----

--- Respondeu que tinha ideia que a intervenção ainda se iam prolongar entrando pelo verão. A obra era executada tendo que ser testada, pelo que, aquela metodologia implicava que o empreiteiro apenas pudesse concluir após verificar que estava tudo a funcionar, acrescido do facto de aquelas ruas serem em calçada.-----

--- Obviamente que estavam atentos, pois ninguém gostava de ter obras à porta de casa e, sobretudo, porque Tavira era uma cidade turística sendo no verão que eram recebidos mais turistas. Tinham tentado articular para que a intervenção terminasse, pelo menos, em meados de junho, sobretudo nos locais onde existia maior afluência turística.-----

--- Acrescentou que a TaviraVerde já tinha aprovação para intervir também na margem direita e que iria iniciar a obra, até porque era financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tendo, por isso, prazos a cumprir. A ideia era suspenderem durante o verão, no entanto não sabia se iriam conseguir porque iria atrasar a obra. Assim, estavam a verificar se poderiam iniciar em locais mais afastados da baixa da cidade, nomeadamente na parte alta.-----

--- Concluiu dizendo que a Rua Poeta Emiliano da Costa tinha ficado concluída na semana anterior esperando que a Rua Almirante Cândido dos Reis ficasse terminada em breve e estando a dar urgência para a conclusão da intervenção no Jardim da Alagoa. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Margarida Baioa** cumprimentou todos e disse que na Carta Educativa do Município, que tinha sido revista em 2015, constava a proposta de reabilitação dos balneários da EB 2/3 D. Manuel I e a remodelação da Escola Secundária de Tavira. -----

--- Acrescentou que estavam em 2024 e tinha havido um Censos em 2021 pelo que desconhecia se iria ser efetuada uma revisão à Carta Educativa municipal sendo que provavelmente já haveriam dados para que fosse realizada.-----

--- Referiu que também gostava de saber quando seria elaborado o Projeto Educativo municipal cuja data não tinha conseguido encontrar e que estava previsto na Carta Educativa.-----

--- Do que se tinha apercebido, quando a Presidente da Câmara Municipal falava em reabilitação na Escola Secundária de Tavira referia-se à realização de um conjunto de operações que permitissem a reutilização dos edifícios que também era o que constava nos documentos, supondo que os edifícios iriam ser mantidos com algumas alterações. Desconhecia qual era o ponto de situação daquele projeto, pelo que gostaria de saber como estava, quanto tempo iria



demorar e qual era o tempo médio que o Tribunal de Contas levava para decidir sobre os contratos que lhe eram remetidos.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que todos os documentos estratégicos do município estavam em revisão e que a Carta Educativa tinha o horizonte temporal de 2021, verificando-se a mesma situação para o Plano de Diagnóstico Social e Carta Municipal de Saúde. --

--- Presentemente não existiam documentos estratégicos porque os prazos tinham expirado. Tinham estado a aguardar a incorporação de mais técnicos que a Divisão de Assuntos Sociais (DAS) necessitava, por ter falta de pessoal naquela área, e também dos indicadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) para atualizarem dado que não faria sentido estarem a elaborar com os valores anteriores. -----

--- Tinham uma candidatura à Segurança Social (SS) chamada Radar Social, em que estava prevista a atualização de todos aqueles instrumentos. A partir do mês de maio iriam reforçar o pessoal incorporando mais técnicos e iriam trabalhar em todos os documentos estratégicos para além dos que já estavam a elaborar.-----

--- Quanto à Escola Secundária de Tavira, naquele mesmo dia, o último dia, tinha sido apresentada candidatura e tinha validado também as peças de procedimento para a elaboração do projeto, tinham indicado o número de salas que pretendiam, que os edifícios tinham que estar todos interligados de modo a que os alunos não andassem à chuva, entre outros pormenores. O projeto iria ser elaborado de raiz sendo que, se seria um monobloco ou multibloco, dependeria da empresa que ganhasse e do projeto que iria apresentar, sendo certo, que tinham um tipo de programa funcional que balizaria a intervenção, no entanto, quanto ao restante ficaria na criatividade dos arquitetos, que dada a sua complexidade não tinham capacidade para o realizar internamente.-----

--- No que se referia ao tempo até ao visto do Tribunal de Contas, presentemente iria ser efetuado o concurso para a elaboração do projeto, o que demorava entre um a dois meses, o projeto teria entre quatro e cinco meses de prazo de execução, depois teria que ter os pareceres das entidades, nomeadamente a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEste). Posteriormente seguia-se a empreitada, concurso público internacional que demorava sempre cerca de dez (10) meses e só depois seria remetido ao Tribunal de Contas.-----

--- Relativamente à Escola Secundária de Tavira não possuíam nem sequer um programa funcional pelo que não conseguiam que o processo fosse mais célere. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Margarida Baioa** disse que assim sendo iriam ter que esperar mais dois, três, quatro ou cinco anos. -----



--- A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que só quando tivessem o projeto poderiam saber o prazo de execução que, poderia ser um ano, ou poderia ser dois, pois dependia da sua complexidade. -----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** questionou sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico e de Marketing porque no Sítio da CinTurs – Research Centre for Tourism Sustainability and Well-being, indicava o projeto como finalizado. -----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** informou que naquele mesmo dia tinha falado com a Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sociocultural (DDS) que tinha ido à Universidade do Algarve e a ideia que tinha era que iriam remeter brevemente, até ao final do mês de maio, a versão final que seguiria para discussão pública. Já tinham tido reuniões onde tinha sido apresentada uma proposta do Plano, no entanto era necessário procederem a algumas retificações.-----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que pretendia alertar o Presidente da Assembleia Municipal quanto à correspondência recebida. Pedia que tivessem mais atenção, pois existia correspondência recebida que tinham tido conhecimento apenas na Assembleia Municipal seguinte, o que, por vezes era muito tempo, visto existirem situações que provavelmente eram do interesse da Assembleia Municipal, abertas aos membros, pelo que queriam salientar aquele ponto. Deu como exemplo que na Assembleia Municipal anterior tinham tomado conhecimento que já tinha sido recebido o relatório da Comissão Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ), que apenas lhes tinha chegado no dia 13 de março quando a Assembleia Municipal se tinha realizado em 21 de fevereiro, verificando-se assim um desfasamento de tempo muito grande. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que como era certamente do conhecimento de todos, o Presidente da Assembleia Municipal não era um profissional que trabalhava a tempo inteiro para a Assembleia Municipal, sendo precisamente igual aos deputados municipais.-----

--- Tinha a preocupação de todas as manhãs verificar o que tinha recebido da Câmara Municipal, ou dos serviços de secretariado mas, bastava passarem dois dias sem ver a correspondência ou a gestão documental para que tivesse passado as datas e os membros apenas tivessem conhecimento na Assembleia Municipal seguinte. Garantiu que iria ficar mais atento, o mais fiel possível às datas mas, por vezes, aquelas situações aconteciam. -----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que apesar do Presidente da Assembleia Municipal não trabalhar a tempo inteiro tinha sido eleito para tal, pelo que considerava que não era um argumento. Pretendia apenas alertar e deixar aquela nota aos serviços. -----



--- O Deputado Municipal Artur Gomes disse que a Presidente da Câmara Municipal tinha referido numa entrevista que as críticas ao Plano de Mobilidade eram infundadas e demonstravam desconhecimento do que nele constava, que eram as melhores soluções.-----

--- Posteriormente tinha deixado de lhe chamar plano tendo dito que se tratava de um estudo. Se fosse um estudo não vinculava o Executivo ao contrário de um plano que refletia as opções do Executivo. Assim, considerava ser importante questionar se o documento que tinha sido publicado e colocado em consulta pública era um estudo ou um plano.-----

--- Tendo sido alargado o prazo para a receção de contributos, questionava quando teriam o relatório dos mesmos e qual era o prazo para a apresentação de nova proposta do Plano. -----

--- Pretendia ainda saber onde estavam os candeeiros que tinham sido substituídos.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que não se tratava nem de um plano, nem de um estudo mas antes de um relatório da empresa que tinha ficado com a adjudicação daquela prestação de serviços e que tinha elaborado um relatório com o diagnóstico. Tinha também pedido quais eram os projetos municipais que tinham intenção de serem desenvolvidos sendo que uns estavam numa fase mais avançada e outros nem por isso, para apresentar as suas propostas.-----

--- Continuou dizendo que precisamente por ter opinião própria e não concordar com tudo o que estava no relatório, tinham entendido colocá-lo à apreciação e recolha de contributos. Não era exatamente a discussão pública como, por exemplo, seria o caso do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Cultural de Tavira que também tinham remetido para conhecimento.-----

--- Tinha que pedir desculpas porque tinha havido uma comunicação entre os serviços que tinham escrito que era para discussão pública o que, obviamente, tinha criado alguma confusão. O documento tinha ficado disponível praticamente no dia seguinte a ter sido realizada uma apresentação pela empresa com a presença dos vereadores, Assembleia Municipal, forças de segurança, para recolha de contributos e foi disponibilizado mas sem publicitação no Facebook pelo que as pessoas não tinham visto. No entanto, quando tinham publicitado os dez (10) dias, provavelmente já estaria disponível há mais tempo, daí terem procedido à prorrogação do prazo. Tinha recebido contributos, tinham que voltar a reunir com a empresa mas como há duas (2) semanas tinha sido convidada para um debate que pensava iria ocorrer no sábado seguinte, com o grupo "Pensar Tavira" e do que tinha percebido iriam apresentar contributos, considerava que deveriam aguardar para a nova reunião. -----

--- Acrescentou que terminada aquela fase iriam começar a trabalhar para que a empresa produzisse o relatório, fosse realizada a apresentação à Assembleia Municipal e o Plano entrasse em discussão pública normal, os trinta (30). O que tinha remetido para conhecimento da



Assembleia Municipal, sendo que alguns dos representantes dos partidos políticos já tinham participado nas reuniões, era o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Cultural de Tavira que também entraria em discussão pública e que, no momento, era semelhante ao outro que tinha sido apresentado às pessoas que tinham participado nas reuniões.-----

--- Quanto aos candeeiros, sendo que a maioria estava podre presumia que tivessem sido removidos de acordo com o plano de resíduos da empreitada, mas teria que verificar. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que relativamente aos candeeiros, tinha ficado confuso. Há algumas Assembleias Municipais atrás, quando tinham sido retirados os primeiros candeeiros na empreitada de requalificação da Rua José Pires Padinha, em frente à Caixa Geral de Depósitos (CGD), e eram candeeiros iguais aos do Jardim das Palmeiras, tinha ali sido afirmado que os candeeiros eram retirados, iam para recuperação e voltariam a ser colocados e, na altura, tinham questionado se iam para requalificação e seriam recolocados, porque tal não acontecia na intervenção do Jardim. Não percebia como peças de aço forjado trabalhado, iam pura e simplesmente para o lixo e não eram requalificados e reutilizados na cidade. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** mencionou que não queria deixar passar sem congratular a Junta de Freguesia de Tavira pela obra na Fonte na Rua do Poço do Bispo, bem como a sua autora, apesar de ninguém da sua bancada ter sido convidado para a inauguração e, apesar de ter havido uma Assembleia de Freguesia, também ninguém tinha sido convidado. -----

--- No entanto não queria deixar de mencionar porque quando era bem feito deveria de ser dito. -

--- Relativamente a eventuais convites queria questionar o Presidente da Assembleia Municipal se estava a ser aplicado o protocolo nas cerimónias oficiais.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que pensava que o protocolo não era da responsabilidade da Assembleia Municipal que, apenas tinha presidido à Assembleia do 25 de Abril. Quanto às restantes cerimónias oficiais eram todas da responsabilidade da Câmara Municipal, que pensava cumprir o protocolo, e da responsabilidade de quem organizava o evento.

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que gostaria de dizer, uma vez que não era da responsabilidade da Assembleia Municipal, do Executivo e, assim sendo, da Câmara Municipal, que as entidades que faziam parte dos Bombeiros Municipais deveriam de ter atenção ao protocolo praticado, porque estar numa bancada oficial e irem distribuir medalhas algumas pessoas, pensava que tinham que ter mais atenção na aplicação do protocolo. -----

--- Os Bombeiros Municipais faziam parte da entidade Câmara Municipal de Tavira e haviam pessoas que tinham sido eleitas como deputados municipais que tinham sido convidados um dia antes, a confirmarem no dia 19. Pensava que era uma falta de respeito e consideração pelo que deveriam de ter mais atenção a situações como aquela. -----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se à Deputada Ana Rita Pacheco disse que, como era do seu conhecimento, os deputados municipais sempre tinham sido convidados para o aniversário dos Bombeiros Municipais. Só se tinha apercebido que não tinham sido convidados, dois dias antes, porque as indicações que tinha dado, como em todas as situações, quando se referia à Assembleia Municipal, estava a referir-se ao seu Presidente e deputados, e tinha sido o que tinha transmitido. -----

--- O que tinha acontecido, tinha sido que o protocolo da Câmara Municipal tinha errado e ela apenas tinha tomado conhecimento dois dias antes, que por acaso se tinha esquecido de falar com a Chefe de Divisão naquele dia, só o tendo feito praticamente na véspera, todavia não tinha querido deixar de efetuar o convite e até pedido para telefonar a todos a pedir desculpa pelo lapso. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** confirmou que tal teria sido efetuado pois tinha voltado a receber o convite através do protocolo com a devida correção. -----

--- **O Deputado Municipal José Mateus** cumprimentou todos e referiu que apenas pretendia dizer que finalmente a Freguesia de Tavira tinha feito algo bem. Agradecia o elogio e disse que se sentia muito orgulhoso. -----

--- Acrescentou que pensava existir sempre um grande frenesim quanto a quem convidavam ou não, mas eram uma entidade que convidava quem devia de convidar e, naquele caso tinham convidado o Presidente da Assembleia Municipal que tinha representado todos. Não via por que razão teria que convidar todos os membros da Assembleia Municipal até porque tinham muitas pessoas na sede, que até tinham tido que tirar as cadeiras e ficarem todos de pé, sendo que não caberiam muitas mais pessoas do que as que estavam, pelo que tinham optado por não convidarem. Não percebia porque existia sempre aquela questão de convidar ou não convidar. Tinha-se tratado de um evento da Freguesia de Tavira e tinham convidado o representante da Assembleia Municipal, os vereadores e as pessoas que tinham considerado que deveriam de convidar. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco**, dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus, disse que pensava que se tratava de uma entidade que tinha por dever convidar as restantes freguesias, o Presidente e todos os eleitos da Assembleia Municipal. -----

--- Considerava que seria de bom-tom ter convidado os deputados municipais a fazerem parte daquela inauguração, do mesmo modo que, por exemplo, no dia do aniversário dos Bombeiros Municipais, os deputados municipais que ali estavam representados, tinham única e exclusivamente sido mandados para o palanque quando o Presidente os tinha chamado, sendo que ao seu lado na tribuna estava o número dois da Junta de Freguesia de Tavira. -----



--- O Deputado Municipal José Mateus disse que ser de bom-tom era uma coisa que ser protocolo era outra. Conforme ele estava no palanque no aniversário dos Bombeiros Municipais, o Presidente da Assembleia Municipal estava também na primeira fila dos convidados da Junta de Freguesia. Reiterou que não tinham espaço para mais pessoas. -----

--- O Deputado Municipal José Graça disse desconhecer a existência de um protocolo municipal ou de freguesia. Existia sim um protocolo nacional aprovado por Lei da Assembleia da República e aplicava-se aos órgãos do Estado e aos órgãos do poder desconcentrado, sendo que, naturalmente, tinha que ser aplicado por parte dos municípios e freguesias embora pensasse que, naquelas situações, seria sempre adaptado às condições existentes e ao bom senso de cada momento. -----

--- Referiu que em primeiro lugar pretendia deixar ali uma palavra de apreço e de reconhecimento a todos os que tinham aceitado o convite da Câmara Municipal e tinham participado no processo prévio de elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Cultural de Tavira conforme tinha ali sido referido, no dia da apresentação da proposta inicial, no qual a Assembleia Municipal se tinha feito representar pelos grupos do PS e PSD mas em que tinham participado mais alguns Partidos Políticos com sede no concelho de Tavira que tinham querido participar do processo. -----

--- Os autores tinham referido que apesar da sua vasta experiência naquele domínio, nunca tinham assistido a um processo participativo tão intenso por parte dos movimentos sociais do concelho onde estavam a trabalhar. Assim, queria fazer ali aquele reconhecimento público porque nem todas as pessoas tinham participado naquela reunião e pela forma como tinham correspondido ao convite que lhes tinha sido dirigido pelo Município de Tavira. -----

--- Pretendia deixar também uma nota de reconhecimento público, porque aquelas questões nunca eram muito conhecidas da generalidade dos cidadãos apesar de serem publicadas em Diário da República, que no dia 22 de abril, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros, número sessenta e três (63), 2024, um processo que tinha demorado cerca de três (3) anos a ser desenvolvido e concretizado, relativo aos planos de gestão de riscos de inundações. ----

--- Tratava-se de um documento de âmbito nacional que abrangia oito (8) regiões hidrográficas do país, mas com especial incidência na região das ribeiras do Algarve da qual Tavira fazia parte. Para quem ao longo da vida tinha sido fustigado por situações de inundações fluviais, como era o caso dos habitantes da baixa da cidade de Tavira, não podiam deixar de se congratular com a aprovação daquele documento por parte do Governo, mas também sublinhar os objetivos que estavam subjacentes e que passariam a estar integrados nos instrumentos de ordenamento territorial de âmbito regional e municipal: -----



--- "Aumentar a percepção de risco de inundação e estratégias de atuação da população e os agentes sociais e económicos;-----

--- Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação;-----

--- Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis;-----

--- Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação;-----

--- Contribuir para a melhoria ou manutenção do bom estado das massas de água."-----

--- Recordava que aquele conjunto de planos de gestão de risco de inundação fazia parte do planeamento e abrangia vários tipos de inundações, nomeadamente, as cheias de origem pluvial, inundações urbanas, inundações marítimas em zonas costeiras e também, naquele caso no tipo de planeamento, tinha especial incidência nas de origem fluvial, como era o caso de Tavira, mas também nas de origem marítima em zonas costeiras.-----

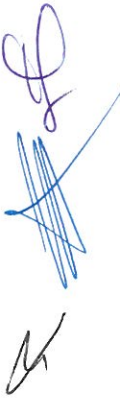
--- Referiu que aquela poderia parecer uma questão de menor importância mas com as previsões existentes relativas às consequências das alterações climáticas e da subida do nível médio da água do mar, pensava que teriam que ter instrumentos como aqueles para atuarem de forma proactiva, de uma forma preventiva.-----

--- Continuou dizendo que os que durante a pandemia tinham reconhecido a mais-valia dos Serviços Municipais de Proteção Civil deveria de reconhecer que aquele documento era de extrema importância particularmente num concelho como Tavira. Qualquer das situações que estava vertida naquele plano abrangia o concelho, as inundações de origem pluvial, particularmente no centro da cidade onde poderiam ter maiores consequências do ponto de vista socioeconómico, mas também e particularmente as zonas de galgamento marítimo nas freguesias da Luz de Tavira, Santa Luzia e Cabanas e Conceição de Tavira.-----

--- Aquela era uma questão de extrema importância que iria envolver os municípios que, a partir do momento em que o documento tinha sido aprovado tinham cerca de cinco (5) anos para adaptarem os seus documentos de planeamento territorial.-----

--- Terminou dizendo que pretendia deixar ali uma palavra de confiança no Executivo Municipal, no Serviço Municipal de Proteção Civil e nos serviços de planeamento do Município para a integração do que estava vertido naquele documento para os documentos municipais.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** cumprimentou todos e questionou sobre quando seriam renovados os contratos interadministrativos e de delegação de competências, se seria na reunião seguinte, visto que estavam desde 2021 à espera que aqueles diplomas fossem renovados.-----



--- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que não estavam a pensar rever o contrato de delegação de competências, de execução.-----

--- Quanto aos contratos interadministrativos estavam a pensar rever na reunião seguinte.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que, porque ele também era Deputado Municipal, pretendia referir que relativamente à água, a Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo tinha desligado os seus contadores de rega dos jardins e estava a regar através das barragens, das charcas que tinham sido executadas em Santa Catarina, algumas contestadas, mas ainda bem que tinham sido feitas e que tinha havido coragem para as fazer.-----

--- Queria também referir que a Câmara Municipal e a TaviraVerde, tinha-se apercebido naquele mesmo dia, estavam a usar a água das Fontinhas, a água das noras, a do Posto Agrário e outras, para regar os pequenos espaços verdes.-----

--- Considerava que aquela referência deveria de ser feita.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar início à Ordem do Dia, com a apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que desde a última assembleia em Fevereiro, cujas capas das agendas municipais de março, abril e de maio, estavam na apresentação, tinham tido a exposição “Balsa – Cidade Romana” que continuava no Museu Municipal de Tavira e convidava todos a visitarem.-----

--- Referiu que tinham novas exposições, que também convidava a verem, para além daquelas que já tinham habitualmente, da Dieta Mediterrânica e do Núcleo Islâmico que eram exposições permanentes. A exposição “Salazar 40 anos?” que estaria patente cerca de um mês também no Núcleo Islâmico era composta por *Cartoons* desenhados por Cláudio Torres, um arqueólogo sobejamente conhecido, e realizada pela Câmara de Mértola. Cláudio Torres tinha desenhado aqueles *Cartoons* quando estava a frequentar Belas Artes. Apesar de ser arqueólogo tinha passado pelas Belas Artes e tinha uma exposição que estava muito bonita e convidava todos a visitar.-----

--- Tinham tido alguns momentos, “Encontro com Autores”, as oficinas da empreita, particularmente relacionadas com a renda “Gancho de Velha”.-----

--- Tinham celebrado também o Dia Internacional das Mulheres com uma conversa “As mulheres do concelho de Tavira”.-----

--- Tinham tido a “Maré de Contos” durante o mês de março, como habitualmente, que também tinha percorrido as várias freguesias do concelho. A “18.ª Semana da Leitura” o “25.ª Encontro Artístico de Tavira” que era organizado pelo grupo Pérolas do Gilão, Sociedade Orfeónica, os “Passeios na História de Tavira” que eram organizados pelo Município e que normalmente se



realizavam ao sábado de manhã, felizmente, sempre com bastante público, as oficinas que o Museu Municipal de Tavira estava a promover, “Rosetas em croché”, os “Brinquedos Tradicionais de Cana” que ocorriam nas férias da Páscoa, as provas de vinhos e também uma visita guiada à exposição “Balsa – Cidade Romana” que pensava ter esgotado pois tinham tido procura para as visitas guiadas.-----

--- Obviamente que tinham celebrado a Páscoa também com algumas atividades para os miúdos, algumas realizadas no Palácio da Galeria e o Concerto da Páscoa com a Orquestra do Algarve.-----

--- Continuando na cultura, tinha-se realizado “Uma Noite na Biblioteca” que tinha sido um serão de contos com os pais e as crianças, a Música nas Igrejas, o Concerto da Páscoa do Coro Jubilate Deo e o Concerto do Grupo Coral Ossoyoba.-----

--- Passando ao desporto, no início do mês de março tinha-se realizado o “Algarve Bike Challenge” que era uma prova que já tinha ganhado o seu espaço na cidade e que tinha contado com mais de mil (1000) atletas como habitualmente. -----

--- Tinha acontecido o “Move Tavira” que era uma parceria de longa data com a Associação Oncológica, normalmente para celebrar o Dia da Mulher ou perto daquela data. Tinha-se realizado o “I Trail Urbano Bombeiros de Tavira” organizado pelos Bombeiros Municipais, que tinha tido uma vertente solidária para o Centro Paroquial de Cachopo e que tinha sido realizado no âmbito da comemoração do aniversário dos Bombeiros Municipais. -----

--- Tinha acontecido a “2.ª Maratona BTT Cidade de Tavira” organizada pelo Clube de Vela, o Torneio de Petanca, o “37.º DFC - Dynamite Fyting Championship” no Pavilhão Municipal, a “18.ª Abas da Geada” Santa Catarina da Fonte do Bispo, um evento que no corrente ano tinha contado com um número de participantes muito significativo, até mesmo estrangeiros espanhóis e bastantes desportistas.-----

--- A Semana Santa tinha ocorrido como habitualmente com as celebrações e também as procissões. Apesar do tempo, tinham efetuado todas à exceção da Procissão da Ressurreição que deveria ter sido realizada no Domingo de Páscoa, mas dado que chovia bastante, tinha acabado por não acontecer.-----

--- Mostrou imagens da Via Sacra, da Procissão do Enterro do Senhor e da Procissão do Triunfo.---

--- O Dia 25 de Abril tinha ocorrido na quinta-feira anterior com a comemoração dos 50 anos numa Sessão Solene.-----

--- Tinham iniciado as comemorações dos 50 anos com algumas atividades com as escolas, com Afonso Dias que tinha integrado a Assembleia Constituinte e partilhado algumas das suas experiências e a apresentação do livro do Ramiro Santos, “50 anos de Abril no Algarve”. -----



--- No dia 24 de abril tinham tido a apresentação livro *"25 de Abril de 1974, Quinta-Feira"* de Alfredo Cunha e também inaugurado a exposição com o mesmo nome e mesmo autor no Quartel da Atalaia. Alfredo Cunha era um fotojornalista que tinha tido o privilégio de testemunhar o dia inteiro e limpo, no dia 25 de Abril, tendo uma série de fotografias daquele dia. A exposição das fotografias tinha acontecido no Quartel da Atalaia onde também existia uma sala sobre a guerra, com a União nas várias colónias e também sobre o pós-25 de Abril. Convidava todos a visitar e também perder algum tempo para assistir ao filme que, no fundo fazia parte do livro e era feito com todas as fotos que nele constavam. -----

--- Tinham inaugurado a exposição *"Salazar, 40 anos?"* e *"25 de Abril de 1974, Quinta-Feira"*, e tinha-se realizado a Mostra da Primavera com os artistas Agir, Boémia, Diamantina que tinha feito um espetáculo muito interessante intitulado *"Cantam-me como foi"*, que se referia à história da música e tinham terminado com o concerto dos Marenostrom com a Banda Musical de Tavira. Tinha sido um bom concerto, com muito nível, motivo pelo qual felicitava os intervenientes.

--- Tinham-se realizado diversas iniciativas, quer no Centro Ciência Viva quer na Biblioteca Municipal.-----

--- Relativamente às intervenções em desenvolvimento estavam com o procedimento da empreitada para *"Aproveitamento de Água das Piscinas para Fins não Potáveis"* que iriam aproveitar para a lavagem de contentores e viaturas, entre outros. -----

--- Tinham lançado o procedimento para as *"Obras de Manutenção, Conservação e Restauro da Cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria Castelo"*, pois devido à intervenção nos altares que estavam a realizar tinham detetado a necessidade de executar mais uma empreitada para a cobertura com o valor de cerca de quinhentos mil euros (€ 500.000,00). -----

--- Estavam ainda em procedimento pequenas empreitadas, a *"Execução de Baixada na Ilha de Tavira (balneários públicos)"* e a *"Alteração dos Balneários de Apoio ao Pavilhão Gimnodesportivo da Escola D. Manuel I"* para o que faltava uma especialidade, a *"Execução do Muro de Suporte no Caminho do Fojo"* que estava relacionada com a estabilidade do talude, que já estava adjudicada e que julgava que já tinha contrato, as *"Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho – Estrada e caminhos municipais na Freguesia de Tavira, Conceição e Cabanas de Tavira"*, o caminho da Caiana, que também já tinha assinado o contrato.-----

--- Encontrava-se também em procedimento a *"Substituição do Relvado Sintético"* para o que há cerca de três (3) semanas tinham recebido a decisão do Tribunal que tinha dado razão ao Município, pelo que não tendo o concorrente razão, tinham tido que aguardar quinze (15) dias que era o prazo que ele tinha para recorrer da decisão, o que não tinha sido feito, sendo que o

processo continuava na plataforma eletrónica. Já tinha assinado o contrato, a empresa tinha aceitado fazer a obra apesar do tempo decorrido e esperavam iniciar no dia 1 de junho. -----

--- Tinham a Intervenção na *“Rua de Santa Margarida e Beco Ruy Palermo Ferreira – Santa Margarida”* que se referia a pluviais, a *“Instalação de Contentorização Subterrânea na Atalaia”* que pensava não ter sido adjudicada, a *“Execução do Ponto de Entrega, Quadro Elétrico e Circuitos Associados no Depósito de Água de Santa Luzia”*, a *“Intervenção na Cave do Lote 1 da Rua Dr. Morais Simão”* que era um lote do Município que tinha infiltrações e um procedimento para a *“Valorização paisagista dos Logradouros dos Lotes 15 e 28 da Rua José Oliveira em Santa Luzia”* que estavam por arranjar há anos e anos sendo que iriam proceder ao arranjo exterior daquelas casas de habitação social. -----

--- Relativamente às intervenções em curso, estava a decorrer a *“Empreitada para Instalação de Balneários Públicos na Ilha de Tavira”* cujos contentores estavam para chegar todavia dado que um tinha ficado completamente danificado no transporte, os outros já não tinham seguido e o empreiteiro tinha pedido uma prorrogação de prazo. Tinha muitas dúvidas porque podiam colocar em risco o facto de terem casas de banho ou não, durante o verão, portanto, estavam a analisar o pedido que ele tinha efetuado porque ele é que não tinha acautelado o transporte devido do balneário para a Ilha. -----

--- Praticamente em conclusão estavam as *“Obras de Conservação da Rede Viária do Concelho – Caminhos Municipais na Freguesia de Tavira – Lote 1 e 2”*.-----

--- Estava em curso a *“Intervenção na Rede de Abastecimento de Água do pavilhão Eduardo Mansinho”* que se devia a alguns problemas que tinham tido e que não tinham ficado resolvidos na empreitada sendo necessária aquela pequena intervenção. -----

--- A decorrer estava a *“Requalificação da Ecovia no Concelho de Tavira (Troços 02, 03, 04, 11 e 49)”* com um valor de cerca de quinhentos mil euros (€ 500.000,00). Já tinha sido efetuada uma intervenção naqueles troços, em gravilha porque a maior parte daqueles troços estavam em Parque Natural da Ria Formosa onde não era possível a utilização de determinados tipos de pavimentos. Iriam usar, pela primeira vez, um pavimento permeável e veriam se corria bem e se tinha durabilidade.-----

--- O *“Centro de Meios Aéreos de Cachopo”* pensava que pelo menos a pista e o acesso poderiam ficar prontos na semana seguinte, sendo que a empresa tinha como prazo para término do edifício o final do mês de maio. -----

--- Estava a decorrer, o *“Fornecimento e Colocação de Placas Toponímicas no Concelho de Tavira”*; *“A Requalificação das Frentes Ribeirinhas – Rua do Cais”* cuja intervenção estava a decorrer naquele momento na Rua do Cais e posteriormente também iria passar para o Largo da

Caracolinha para melhorar a acessibilidade da ponte, nomeadamente para mobilidade reduzida; “A Conservação e Restauro do Património Integrado e Móvel da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo”; A Intervenção do Mercado da Ribeira que estava pendente à conta da platibanda que tinha sido destruída e para o que o empreiteiro tinha apresentado uma solução, que tinham aceitado, pelo que veriam se rapidamente seria colocada; O CineTeatro cuja parte elétrica tinha sido ligada no dia anterior, esperando que ficasse concluída no início da semana seguinte; A “Requalificação da Escola EB1 e Pré-Escolar de Santo Estevão” cuja empresa tinha falido mas que estavam a ver se conseguiam concluir a empreitada, tratar de uns pormenores. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto seguinte das informações referente ao Plano Estratégico para o Desenvolvimento Cultural de Tavira que estava em consulta pública. --

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tratava de um trabalho apresentado pela empresa a quem tinham contratado o plano. -----

--- Estava em discussão pública e posteriormente teria uma apresentação pública que iria decorrer nos dias seguintes. Era um documento algo exaustivo pelo que não o iria apresentar ali e tinham remetido para que os deputados municipais que não o conheciam pudessem ter uma ideia e acompanhar aquelas que eram as propostas da empresa em termos de cultura. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que iria dar-se início à **Ordem do Dia**, apresentando o ponto número um referente à **PROPOSTA N.º 103/2024/CM – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023**. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que se tratava de um documento eminentemente técnico que, provavelmente, deveria de ser apresentado pelo pessoal técnico do Município, contudo, e atendendo que era normalmente ela própria que o apresentava, iria proceder à sua apresentação. -----

--- Tratava-se da prestação de contas que a Câmara Municipal prestava à Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador. No ano em apreço a execução da receita tinha atingido os cento e nove por cento (109 %) sendo que inicialmente tinham previsto um orçamento de cinquenta e nove milhões de euros (€ 59.000.000,00) e tinham uma execução de sessenta e quatro milhões, trezentos e dezassete mil euros (€ 64.317.000,00). Praticamente todas as receitas tinham subido à exceção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que tinha descido cerca de trezentos e vinte nove mil euros (€ 329.000,00). O Imposto Municipal de Transmissões Onerosas (IMT), que era o imposto relacionado com as transações do mercado imobiliário, tinha-se mantido praticamente estável, tendo-se verificado um ligeiro aumento de cerca de sessenta mil euros (€ 60.000,00). Destacava também o aumento da receita por força das transferências de competências que



tinham recebido, nomeadamente na área da educação, que tinha muitos funcionários, mas também, nas áreas da saúde e social. -----

--- Quanto às receitas de capital tinham aumentado fruto dos projetos cofinanciados porque a Autoridade de Gestão tinha aumentado algumas taxas de comparticipação face ao término do "Quadro Comunitário de Apoio" e também devido à Lei das Finanças Locais que permitiam a participação do Município nos impostos nacionais, que tinha tido um acréscimo de cerca de quatrocentos mil euros (€ 400.000,00) ao que normalmente costumavam receber. -----

--- Quanto à despesa, tinha-se registado um aumento, sendo que a despesa tinha sido executada a setenta por cento (70 %). No ano 2022 tinha sido executada a sessenta e seis por cento (66 %). A despesa corrente tinha tido uma execução de oitenta por cento (80 %), no ano anterior tinha sido de setenta e oito por cento (78 %) e a receita de capital também tinha sofrido um aumento, situando-se a sua execução em quarenta e oito por cento (48 %) sendo que no ano anterior tinha sido de quarenta e cinco por cento (45 %).-----

--- As maiores despesas, obviamente que tinham sido as aquisições de bens e serviços onde eram contabilizados todos os combustíveis, a eletricidade, a água, as refeições escolares e outras, e as despesas com pessoal que representavam um valor considerável das despesas correntes. -----

--- Referiu que os aumentos de despesa com pessoal representavam cerca de onze por cento (11 %) e era resultado do aumento do salário mínimo nacional nos assistentes operacionais, com as valorizações remuneratórias praticamente em todas as carreiras e também com as novas contratações que tinham feito, dezoito (18) técnicos superiores, seis (6) assistentes técnicos, dois (2) assistentes operacionais e treze (13) bombeiros recrutados.-----

--- Continuou dizendo que, não obstante o que tinha referido, tinham mantido a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente cobrada era superior à despesa corrente acrescida das amortizações em cerca de seis milhões e oitocentos mil euros (€ 6.800.000,00)-----

--- Disse que, no ano em apreço, a dívida total tinha subido ligeiramente o que era algo em contraciclo com o que tinha acontecido antes e que se devia ao facto de estarem a falar apenas da dívida de curto prazo e não da dívida de médio e longo prazo que tinha voltado a descer.-----

--- Quanto à dívida de curto prazo, estava relacionada com o contrato promessa de compra e venda que tinham efetuado com a Animalar e que tinha acabado por não se concretizar dado que a Animalar não tinha conseguido regularizar uma questão do registo do prédio na Conservatória. A Câmara Municipal tinha acabado por ter cerca de trezentos mil euros (€ 300.000,00) de faturação em conferência que tinham rececionado no final do ano e início de janeiro referente ao ano anterior. -----



--- Relativamente à dívida de médio e longo prazo, continuava a baixar sendo que, naquele momento, tinha o valor de dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil euros (€ 2.826.000,00) que permitia que tivessem margem de endividamento que teriam que utilizar nos anos seguintes devido aos projetos que já tinha falado, como era o caso do projeto de construção de habitação social de setenta e dois (72) fogos no loteamento que tinham adquirido, dos vinte e quatro (24) fogos em Cabanas de Tavira e os nove (9) fogos em Santa Catarina da Fonte do Bispo. Acrescentou que no início do mês tinha assinado contrato para a elaboração dos projetos para aquelas habitações, também para o novo edifício de consultas externas anexo ao Centro de Saúde, para a reabilitação do Centro de Saúde e extensão em Cabanas de Tavira e para a Escola Secundária de Tavira, o que representava mais de vinte milhões de euros (€ 20.000.000,00) e, embora tivessem candidaturas, o projetista tinha avaliado em sete milhões de euros (€ 7.000.000,00) a construção do novo edifício de consultas externas e o PRR apenas financiava a obra em cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00) pelo que teriam que conseguir adicionalmente cerca de dois milhões de euros (€ 2.000.000,00) sendo que, por isso era importante que tivessem capacidade de endividamento para que as intervenções pudessem acontecer. -----

--- No que se referia ao prazo médio de pagamentos do Município era, de acordo com a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), de sete (7) dias, cumprindo assim o limite de endividamento e possuindo uma margem significativa de quarenta e dois milhões de euros (€ 42.000.000,00). Tinham pois, um grau de independência financeira de sessenta e sete por cento (67 %).-----

--- Disse ainda que no ano em apreço o saldo de gerência tinha sido ligeiramente superior relativamente ao ano transato que se referia, como já tinha dito, ao aumento da receita e despesa e ainda ao facto de no final do ano terem recebido os aumentos de comparticipação das verbas dos projetos financiados por fundos europeus.-----

--- Quanto aos indicadores de liquidez do Município continuavam, desde há muito, a apresentar uma elevada capacidade de cobertura do passivo. O resultado líquido do exercício era negativo, setecentos e trinta e sete mil, novecentos e oitenta e seis euros (€ 737.986,00) resultado do aumento das amortizações pela incorporação do imobilizado, sendo que desde que tinham efetuado aquela operação tinham tido alguns resultados líquidos do exercício, na maioria dos anos, negativo.-----

--- Acrescentou que pretendia abordar mais duas questões relacionadas com a Certificação Legal das Contas no que respeita às reservas, que estava relacionada com uma falta que lhes era apontada e que se referia à não transferência para os ativos fixos de algumas obras já concluídas. Tinham efetuado um esforço para diminuir o valor, todavia não sabiam em que medida afetava as contas do Município, ou seja, desconheciam as contas da EMPET - Parques Empresariais de Tavira,

EM, Lda. Informava que tinha agendada uma reunião com uma pessoa que iria convidar para novo liquidatário. Não o tinha referido naquela Assembleia Municipal mas tinha reunido no início daquele mês de abril com o contabilista da EMPET que estava a trabalhar para prestar toda a situação contabilística da empresa. -----

--- Concluiu dizendo que estavam a trabalhar para terem as contas e esperava, que no final da semana seguinte tivesse a reunião que tinha referido e que a pessoa que lhe parecia ter competência e conhecimentos suficientes para exercer aquela função, aceitasse, de modo a conseguirem ter a liquidação efetiva da EMPET. Tinha falado com o advogado que tinha acompanhado a ação que a EMPET tinha perdido em Tribunal e ele tinha-lhe remetido a documentação sobre aquela ação tendo também sido agendada uma reunião para que ela percebesse com mais detalhe o ponto da situação. Estavam pois a tentar reconstruir o processo atendendo à falta de interesse do liquidatário atual sobre o mesmo. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** disse que primeiramente pretendia felicitar o Executivo e a Presidente da Câmara Municipal pela extensão e o detalhe do relatório apresentado, muito mais extenso e detalhado que no ano anterior, queria salientar o “*upgrade*” que tinha sido efetuado.---

--- Quanto ao documento, a despesa corrente tinha acelerado trinta por cento (30 %) relativamente à receita corrente e, demais análise sobre a mesma, levantavam questões sobre a diversificação das fontes de receita do Município e a capacidade de captar receita sem que fosse pela via dos impostos e taxas, pese embora a nível percentual, reduzisse a sua dimensão nominalmente e aumentasse para cada tavirense, que pagava a mais cerca de novecentos euros (€ 900,00) entre taxas e impostos.-----

--- Como a Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de referir, naquele documento existiam dezoito milhões (€ 18.000.000,00) em intervenções já concluídas por alocar, sendo que a sua depreciação teria impacto orçamental, tal como a questão da EMPET, o que levantava bastantes questões sobre o resultado orçamental e qual era a dimensão da sua diferença.-----

--- Quanto à execução, e até porque na Assembleia Municipal anterior tinham prometido que levantariam aquela questão, com setenta por cento (70 %) de execução total da despesa, importava destacar que a execução da despesa de capital voltava a ficar abaixo de cinquenta por cento (50 %), sendo que no documento apresentado poderiam encontrar trezentas (300) rubricas com execução inferior a cinquenta por cento (50 %) e daquelas, cento e oitenta e oito (188) com sete por cento (7 %) de execução. Assim salientava que daquelas cento e oitenta e oito (188) existiam compromissos com mais de dez (10) anos. Daquela forma tinham acrescido mais dois milhões de euros (€ 2.000.000,00) ao saldo de gerência o que apenas reforçava o que tinha sido a opinião da sua bancada, a existência de falta de capacidade de execução.-----



--- Terminou dizendo que relativamente à execução não ia questionar porque estando a dezasseis (16) meses das eleições autárquicas, sabiam que ia acelerar. Assim, ficavam apenas as questões de como o Município iria colmatar as imparidades entre a despesa e a receita corrente, bem como captar investimento e novas fontes de receita. -----

--- **O Deputado Municipal David Martins** cumprimentou todos e disse que após análise de todos os documentos e que estava a ganhar um prazer e um gosto especial em ler tudo para não se equivocar, apenas lhe aprazia dizer que as contas de 2023 eram contas que transmitiam rigor, transparência, verdade e empenho do Executivo que pretendia realizar para o que, diariamente, dava o seu melhor, porém não podiam ignorar o contexto em que viviam. Como todos compreenderiam tinham tido grandes dificuldades devido à Covid 19 e iniciado um novo ciclo com dificuldades acrescidas do ponto de vista económico e financeiro com a inflação a aumentar o que tinha prejudicado as empresas e as famílias sendo que certamente todos viviam com mais dificuldades que anteriormente. A eletricidade, o combustível, as rendas, a comida, a bebida, a vida estava mais cara o que afetava a sociedade e, portanto, não o podiam escamotear quando faziam um discurso ou análise política. De facto, viviam no mundo real e tinham que adaptar as estratégias, as ambições, à realidade que ia surgindo, pelo que o que via do Executivo era compromisso, empenho e rigor em dar o seu melhor, em fazer mais com o que tinha à sua disposição e, era indiscutível, que tal se traduzia em várias ações. -----

--- Não iria repetir o que tinha sido dito e que a Presidente da Câmara Municipal tinha discursado, muito bem, no 25 de Abril em que tinha elencado um conjunto de medidas, que eram muitas, nas áreas da educação, desporto, empregabilidade e outras. Revia-se em inúmeras e estava a pensar que quando as famílias mais sofriam era quando efetivamente o Executivo mais ajudava, o material escolar, a diminuição do IMI, a adoção do IMI familiar, as bolsas de estudo para jovens universitários, as compras dos medicamentos para pessoas necessitadas, as participações financeiras nos apoios às rendas que, como sabiam, tinham aumentado muito. -----

--- Tinham que ser pragmáticos e reconhecer que existia uma dificuldade na habitação portanto tinham que continuar naquele caminho adquirindo os lotes de terreno e afins conforme a Presidente da Câmara já tinha referido, quer na sede do concelho, mas também nas restantes freguesias. Tinham que prosseguir o reforço do apoio alimentar às pessoas e a diminuição da comparticipação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS). Certamente que todos tinham preenchido a sua declaração de IRS, pelo que, chamava à atenção para verificarem a coluna do benefício obtido graças ao facto do Executivo Municipal ter reduzido e abdicado da sua participação.-----



--- Continuou dizendo que ficava feliz por aquelas situações e que haviam ainda os apoios a associações sociais, desportivas, culturais e outras, pelo que considerava indiscutível que tinha havido um grande empenho por parte do Município no sentido de fazer melhor. -----

--- Relativamente aos dois aspetos que ali tinham sido frisados, um deles estava relacionado com os recursos. Tinha analisado o que tinha sido a declaração política do Executivo Municipal sobre a questão dos recursos humanos e o facto da despesa estar a crescer, todavia se pretendiam ter um serviço público municipal, autárquico de qualidade, tinham que investir em recursos humanos. Reiterava que tinham que ser pragmáticos e conscientes de que os funcionários públicos não auferiam fortunas, atrevia-se até a dizer que muitas vezes ganhavam muito pouco para determinadas funções e por aquela mesma razão não aderiam à função pública cabendo ao Executivo, a um município responsável, dar as melhores condições. Por outro lado, tinha havido um aumento do salário da função pública e salário mínimo nacional, o que tinha custos, mas do seu ponto de vista eram bons para que melhorassem, tivessem mais exequibilidade, mais capacidade de resposta para que os munícipes sentissem que as suas preocupações eram atendidas e, portanto, tal era fantástico. -----

--- Terminou convidando todos os munícipes a visitar o Sítio do Município, recordando uma publicação que tinha sido efetuada em outubro de 2023 e que dizia que Tavira era o Município de média dimensão melhor gerido de Portugal o que considerava ser uma medalha para o Executivo, para os funcionários públicos e para todos. Era verdade que pretendiam mais e que a bancada do PS ali estaria a solicitar, a apoiar, a contribuir para tal como, certamente, as outras bancadas também o fariam. -----

--- Concluiu dizendo que tinham que trabalhar todos juntos porque o que realmente importava eram os munícipes, os tavirenses, as pessoas que confiavam neles. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que gostava de contas, sendo que tinha ficado a pensar como é que cada tavirense pagava cerca de novecentos euros (€ 900,00). Depois tinha pensado, dos impostos indiretos, os rendimentos, dos vinte e cinco milhões e quinhentos mil euros (€ 25.500.000,00) a mais de receita, sabiam que cerca de catorze milhões e quinhentos mil euros (€ 14.500.000,00) eram do IMT e o Deputado Municipal Artur Gomes sabia perfeitamente de onde resultava o IMT, das transmissões de imóveis e que, infelizmente, não eram os tavirenses que compravam que, a serem, a Câmara Municipal não necessitaria de construir habitação social. Assim, aos vinte e cinco milhões e quinhentos mil euros (€ 25.500.000,00) tinham que expurgar os catorze milhões e quinhentos mil euros (€ 14.500.000,00) pelo que cada tavirense pagaria menos de quatrocentos euros (€ 400,00) em impostos e eram progressivos pagando sempre mais quem mais ganhava. -----



--- Por outro lado, também importava dizer que há uns anos, quando tinha assumido funções na Câmara Municipal, e que já tinham sido a alguns, o pagamento do IMI era pela taxa máxima. Apenas no presente ano, o Município tinha devolvido às famílias de Tavira trezentos e vinte e nove mil euros (€ 329.000,00) e, tendo vindo a descer nos últimos anos, que imaginassem quanto já tinham devolvido.-----

--- Considerava que era bonito fazerem contas, que fazia parte da política, mas também fazia parte da política, ser sério e explicar as questões às pessoas, a bem do futuro que pretendiam para a credibilização da política e dos políticos e, portanto, tinham que esclarecer as pessoas e não estar constantemente a difamar porque sabiam que daqueles cerca de catorze milhões e quinhentos mil euros (€ 14.500.000,00) a maior parte não era liquidada pelos tavirenses, com grande pena sua, porque seria sinal que os tavirenses tinham dinheiro para adquirir casas de trezentos e cinquenta mil euros (€ 350.000,00), quatrocentos mil euros (€ 400.000,00). Sabiam que se tratavam de negócios de milhões em loteamentos que estavam à venda e, estarem a dividir os vinte e cinco milhões e quinhentos mil euros (€ 25.500.000,00) não lhe parecia bem porque não podiam ser tão simplistas nas análises. Percebia que podia parecer bonito sobretudo porque tinham sempre a tendência de desfazer o que os outros faziam, mas nem tudo o que os outros faziam era mau, também fazia bem, pelo que tinham que ser sérios e cada vez mais realistas. Considerava que contribuía para que todos lutassem por um concelho melhor e que esclarecia as pessoas o melhor possível, que pensava ser o que lhe competia porque a liberdade de expressão como tinha dito o Primeiro-ministro espanhol, no dia anterior, não podia ser liberdade de difamação ou má informação.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que a causa principal de não votarem favoravelmente era a EMPET, o que já acontecia desde 2019. Tinham tomado conhecimento que o administrador já não era administrador, que não devia de ser administrador há muito e que aquelas contas que lhes eram apresentadas como contas muito rigorosas não refletiam o impacto das contas da EMPET nas contas da Câmara Municipal porque não constavam no relatório. Na sua opinião era algo básico e já deveria de existir uma projeção sobre qual seria o impacto, quais as possíveis soluções e quais as possíveis implicações porque numa conta muito simplista e desde 2019 que não tinham informação, chegava aos dez milhões de euros (€ 10.000.000,00) de impacto que não estava refletido nas contas da Câmara Municipal e, por isso, tinha alguma dificuldade em aceitar o rigor daquelas contas.-----

--- Não estava a reclamar pela primeira vez naquele ano, já tinham reclamado no passado e o que tinham recebido no corrente ano eram apenas contas vagas, sendo que a única diferença era que já não podiam apontar um culpado porque já tinham chegado à conclusão que o anterior

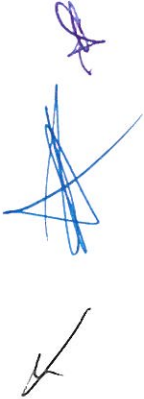


liquidatário não tinha qualquer responsabilidade porque, pelo tempo que tinha passado, já nem era administrador. -----

--- Deixava nota daquela situação que não conseguia compreender.-----

--- Quanto à questão de quanto pagava cada tavirense, o Deputado Municipal Artur Gomes tinha feito uma média aritmética apenas para dar um exemplo, mas o que de facto os preocupava era a falta de investimento, o aumento da despesa corrente e a maior diferença para a receita corrente. Não queria dizer que estivesse tudo mau, se fosse justificável pelas remunerações ou pela entrada de nos funcionários, porém estavam a dezasseis (16) meses do final do mandato e continuavam com aquele nível baixo de investimento quando tinham carências grandes em infraestruturas, sendo a maior delas habitação, que estava presentemente a ser trabalhada, mas que se tinha levado oito (8) anos a diabolizar o investimento na habitação, em infraestruturas náuticas, que considerava que no corrente ano poderiam ser realmente preocupantes porque quer o cais de embarque, quer os acessos à água não estavam previstos e não vendo investimento naquela área tinha que se preocupar. Pensava que além do rigor existia uma margem para que todos pensassem o que poderia ter sido feito melhor em Tavira, que poderia existir muito mais investimento. Verificava-se de facto, uma preocupação social que também partilhavam e, certamente que os vereadores do PSD sempre tinham acompanhado e incentivado todos os programas sociais que lhes tinham sido apresentados, no entanto, do lado do investimento, do lado da criação de infraestruturas para Tavira não viam nada. A habitação iria começar, até porque era algo inevitável, mas tudo o restante, as infraestruturas náuticas, desportivas, Tavira comparativamente com alguns dos concelhos vizinhos estava muitíssimo atrasada.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse confessar que lhe agradava a preocupação da Bancada do PSD porque se havia pessoa que sabia o que era ter uma Câmara Municipal em dificuldades, que teve que lidar com a Lei dos Compromissos e com os Fundos Disponíveis, era ela, porque quando tinha assumido funções tinha apanhado um mandato com inúmeras dívidas para liquidar, cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00) de dívidas de curto prazo, vinte e cinco milhões de euros (€ 25.000.000,00) de empréstimos, que tinham vindo a pagar. Tinham equilibrado a Câmara Municipal também com a redução dos consumos de água, luz, telefones em que haviam três (3) operadoras a funcionar, tendo uns Vodafone, outros TMN e outros Optimus. Na altura existiam muitas despesas e muito investimento, o que nunca tinha contraditado, mas também haviam muitos empréstimos, nomeadamente para construir habitação social mas também para pavimentar estradas. Considerava ser natural haverem empréstimos para a construção de habitação social, sendo que até poderiam montar operações financeiras e construir casas de renda acessível e liquidar os empréstimos com a renda desde que as taxas de juro



fossem bonificadas, mas, naquela altura, também havia empréstimos para executar pequenas intervenções.-----

--- Tinham equilibrado a Câmara Municipal sendo que a Ordem dos Contabilistas Certificados tinha reconhecido o Município de Tavira como o mais bem gerido. Valia o que valia e desconhecia se orgulhava os tavirenses mas a ela orgulhava pois preferia que dissessem que o Município era a número um do que era o último. -----

--- Já ali tinha falado de um conjunto de investimentos que ultrapassavam os vinte milhões de euros (€ 20.000.000,00), dezasseis milhões de euros (€ 16.000.000,00) da Escola Secundária, sete milhões de euros (€ 7.000.000,00) do Centro de Saúde, dezasseis milhões de euros (€ 16.000.000,00) do loteamento, entre outros. -----

--- Com certeza que teriam que pedir um empréstimo pois a Câmara Municipal não tinha verbas para tudo e também não sabia se as candidaturas iriam ser aprovadas, portanto teriam que ter a capacidade de se endividar que, de acordo com a declaração de voto da Bancada do PSD até estranhavam que a Câmara Municipal não se endividasse e, portanto, era o que iria acontecer. ----

--- Quanto à despesa corrente esta englobava o transporte escolar, o pagamento à TaviraVerde, as refeições escolares, os materiais escolares, as bolsas de estudo, entre outras. Sendo certo que a eletricidade e os combustíveis tinham aumentado para todos, também tinham aumentado para a Câmara Municipal, pelo que não tinham tido qualquer devaneio, não estavam a fazer nenhum disparate. -----

--- Relativamente aos cais, o protocolo da Docapesca datava de julho do ano anterior, altura em que a Câmara Municipal tinha recebido a competência sobre os mesmos, pelo que deveria ter sido a DocaPesca, o Governo, a realizarem as obras, não obstante a Câmara Municipal ainda tinha participado a intervenção do cais da Ilha de Tavira, que não tinha obrigação de o fazer, juntamente com a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A., no entanto iriam também tentar intervir no cais das Quatro Águas porque tinham que ir concebendo.-----

--- No que se referia a infraestruturas desportivas, questionava quem é que tinha reabilitado o Pavilhão Municipal e as Piscinas Municipais, que tinham chegado a um estado lastimável, que tinham tido que executar quase uma obra nova cujo custo tinha sido de cerca de um milhão e quinhentos mil euros (€ 1.500.000,00) cada uma das intervenções. Tinha que aprovar as peças para o Polidesportivo de Santa Luzia cujo processo também estava a decorrer, porque também se preocupavam com o investimento.-----

--- Podiam estar ali a falar na despesa corrente como se representasse apenas o apoio aos clubes e às festas, que também eram importantes, porque como se via naquele dia existia dinâmica das associações culturais e desportivas, o que acontecia porque a Câmara Municipal as apoiava, uma



vez que não tinham capacidade para organizar tudo. Considerava que não deviam diabolizar a despesa corrente que também era importante para que o Município pudesse dinamizar-se a nível cultural, a nível desportivo e também económico pois promove-lo turisticamente era também produzir *flyers*, planos, que estavam a elaborar, que eram despesa corrente, que permitiam a atração de turistas mas também investimento.-----

--- Por outro lado também tinham investido numa quantidade enorme de material informático de modo a que o Município estivesse mais seguro cumprindo a cibersegurança, de modo a terem os dados mais protegidos e não sofrerem ataques. Tudo fazia parte, considerava que tinha que responder a determinadas observações pois tinha que elucidar as pessoas. Não bastava dizer que era muita despesa corrente, pois existia muito do que entrava pela casa das pessoas que era despesa corrente conforme estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que, finalmente via reconhecer que as despesas correntes tinham aumentado e que os preços dos bens tinham aumentado, o que era de lamentar, pois continuavam com um Auto de Deslocação de Competências com quatro (4) anos sem renovação e sem um mecanismo de autoproteção contra a subida, pelo menos, da inflação.--

--- Queria lembrar que para os mesmos universos de clarividência e de competências, já tinham passado, pelo menos, duas renovações e as juntas de freguesia continuavam à espera. Os seus colegas teriam que falar sobre a sua parte, mas no que lhe dizia respeito continuava à espera de uma renovação de competências num contrato transparente e direto quanto ao seu objeto.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** reiterou que não estava a pensar rever o contrato, que o mesmo tinha sido revisto já naquele mandato e estava acordado. Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo disse que se ele pretendesse devolver as competências ao Município apenas teria que ser deliberado na Assembleia de Freguesia e o Município teria que tentar recebe-las, acomodá-las e gerir a situação. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que tinha referido que não estava preocupado, apesar de ter feito uma observação sobre as despesas correntes terem aumentado, mas antes com a falta de investimento em coisas sérias para o concelho e, estavam a avaliar o relatório do que tinha sido realizado no ano de 2023, sendo que a Presidente da Câmara Municipal lhes estava a falar do que iria ser feito em 2024, 2025. -----

--- Em 2023 do que estava previsto em orçamento não se tinha realizado o investimento que eles almejavam, que gostariam que tivesse sido realizado muito mais. Já tinham referido várias vezes que não os preocupava a questão de recurso a empréstimos, que até concordavam, por considerar que a despesa deveria de ser dividida pelas gerações. Pensavam que a gestão deveria



de privilegiar, em muito, o investimento, que era indesmentível que não existia, não estava refletido, pelo que não deveria ser baralhado com a questão de ter havido mais despesa corrente e de tal ser uma malvadez. -----

--- Continuou esclarecendo que não tinha sido o que tinham referido e, repetia, estavam preocupados porque no relatório faltava investimento que faria Tavira “andar para a frente e não para trás”, o que era nítido para todos. -----

--- Terminou dizendo que o que tinha referido como fundamental era a questão da EMPET para a qual não conseguia encontrar qualquer explicação, porque tinham que ter, pelo menos, a quantificação. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que o Deputado Municipal Jorge Corvo já tinha feito referência àquela questão. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que o desculpassem mas fazia as vezes que entendesse enquanto tivesse tempo para falar. Tinha-o feito há quatro anos e desde então que não tinha tido qualquer resposta. -----

--- Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal pediu desculpa, mas estava dentro do tempo destinado à sua Bancada e pensava que não tendo resposta há quatro anos, que tinham andado a atirar culpas para uma pessoa que já não as tinha e dizerem que aquele era um relatório rigoroso mas desconhecendo-se como iriam pagar as verbas da EMPET, fazia-lhe confusão, se aos restantes não fazia, era bom, mas aquela situação iria ter que ser resolvida por alguém, pelo que apenas pretendiam saber como era, quais as previsões, o que não podiam aferir com aquele relatório. Depois de quatro anos de questões naquela Assembleia Municipal, parecia-lhe que não podiam tirar conclusões porque tinham andado a atirar as culpas para uma pessoa que, com base no parecer jurídico que tinham recebido da própria Câmara Municipal, já não tinha envolvimento no assunto. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que a EMPET estava a ser diabolizada desde que estava naquela Assembleia Municipal, como se fosse um problema criado por ela. Desconhecia quem tinha criado a empresa mas quem criava uma empresa com base na venda de lotes, com um lote para construir um armazém a ser mais caro que um lote de terreno para construir uma vivenda, não lhe parecia bem. No entanto, não se podiam esquecer qual era o endividamento da EMPET, de quem tinha negociado e resolvido, quem tinha terminado a infraestruturação do parque, do imbróglgio que existia, que certamente todos se lembravam. Considerava que também se tinham que recordar daquelas questões e dos problemas deixados para os outros que demoravam alguns anos a resolver, e que também era importante não esquecerem quem tinha criado o problema, todos os anos que a EMPET tinha tido prejuízo e quem é que tinha tido que



injetar capital para a reequilibrar. Pensava que tinham que começar a ser sérios na política e nas observações que faziam.-----

--- Continuou dizendo que não podiam esquecer que aquele não tinha sido um processo fácil, ela, pelo menos não se esquecia das dívidas, da verba que tinham tido que investir, do processo de internalização e tudo o que já tinha sido feito e, não concordava nada com o que tinha sido dito porque se a empresa estava em liquidação, apenas havia uma pessoa a culpar, o liquidatário que tinha sido designado, registado, e que tinha uma obrigação.-----

--- **O Deputado Municipal David Martins** referiu que tinha tomado nota do que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha dito com convicção, que não viam nada, e ele tinha-se lembrado que só podia ser "*miopia politica*". Assim, tinha considerado que deveria de ler:-----

--- "*Empreitada de reabilitação, recuperação do edifício da antiga Segurança Social, € 195.000,00 euros.*-----

--- *Reforço estrutural do edifício, Compromisso Marítimo, € 122.000,00 euros.*-----

--- *Obras de conservação nos paramentos exteriores e interiores da Igreja São Pedro Gonçalves Telmo, € 70.000,00 euros.*-----

--- *Requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro em Cabanas, € 1.400.000,00.*-----

--- *Obras de conservação, edifícios de Habitação Social, Horta do Carmo e Atalaia, Lote 1, € 473.000,00 euros.*-----

--- *Obras de conservação, edifícios de Habitação Social, Horta do Carmo e Atalaia, Lote 2, € 385.000,00 euros.*-----

--- *Obras de conservação, edifícios de Habitação Social, Horta do Carmo e Atalaia, Lote 3, € 462.000,00 euros.*-----

--- *Obras de conservação, edifícios de Habitação Social, Horta do Carmo e Atalaia, Lote 4, € 401.000,00 euros.*-----

--- *Alteração da instalação elétrica e telecomunicações do edifício do Compromisso Marítimo, € 56.000,00 euros.*-----

--- *Execução da rede de drenagem de águas pluviais na Rua Infante Dom Henrique em Cabanas, € 27.000,00 euros.*-----

--- *Obras de conservação da Escola Dom Manuel I, € 50.000,00 euros.*-----

--- *Miradouro em Alcaria do Cume, € 56.000,00 euros.*-----

--- *Reconstrução do muro na Rua da Atalaia Pequena, € 22.000,00 euros.*-----

--- *Estudos geotécnico, geológicos em Tavira, para o complexo desportivo, € 27.000,00 euros.*-----

--- Continuou dizendo que a toda a lista que tinha acabado de ler ainda acrescia a questão da habitação, que estava escrito, que tinham sido adquiridos lotes de terreno para a construção de



setenta e duas (72) habitações sociais, os projetos para a construção de vinte e quatro (24) habitações em Cabanas de Tavira e nove (9) em Santa Catarina da Fonte do Bispo, no âmbito da Estratégia Local de Habitação (ELH). -----

--- Face ao referido, disse que o desculpassem mas apenas podia considerar que seria “miopia”, o que era mau, mas tinha total convicção que todos os munícipes de Tavira sabiam que era verdadeiro. -----

--- Concluiu dizendo que um pouco antes, no início, na intervenção da Deputada Municipal Ana Rita Pacheco, tinha falado de um problema que se referia ao facto de existirem muitas obras que causavam transtorno às pessoas, que tinham uma ponte nova, um cais maravilhoso na Ilha de Tavira. Disse que era um facto que as obras causavam incómodos mas estava certo de que a população também seria tolerante e percebia que eram realizadas para que ficassem melhor, sendo pelo que o Executivo Municipal da Câmara Municipal de Tavira trabalhava diariamente. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que pretendia falar sobre a execução de capital, nomeadamente na execução de obras. Era óbvio que no orçamento tinham o prazo de execução de uma intervenção e, dava como exemplo o Centro de Meios Aéreos de Cachopo que tinha uma execução no valor de dois milhões e trezentos mil euros (€ 2.300.000,00) num prazo de oito (8) meses, que atrasando-se por falta de mão-de-obra, falta de material ou outro motivo, comprometia a execução, sendo o que acontecia em todas as empreitadas de obras públicas porque os empreiteiros não tinham mão-de-obra e, portanto, eram prorrogados os prazos o que levava a uma execução mais reduzida em termos percentuais. -----

--- Conforme tinha explicado em resposta à questão colocada pela Deputada Municipal Ana Margarida Baioa sobre o procedimento, há uns anos atrás, lançar um concurso para uma empreitada demorava três (3) meses sendo que no presente eram dez (10) ou onze (11) meses. Também gostava que fosse como quando tinha assumido funções e eram regidos pelo Decreto-Lei 59/99 que era muito mais fácil e rápido mas atualmente tinham que se reger pelo Código de Contratos Públicos (CCP). Presentemente aquilo não acontecia porque em determinada altura alguém tinha entendido que deveria de haver um código de contratação pública porque estavam num país com muita corrupção e tinham resolvido arranjar mais burocracia, e se fosse um projeto com um valor superior a um milhão de euros (€ 1.000.000,00) teria que ser contratada a sua revisão por técnicos não funcionários da autarquia, o que fazia com que a intervenção se protelasse. Assim, por uma intervenção que pensavam que demoraria um ano, por vezes, entre projeto e procedimento de contratação da empreitada, levava três (3) anos porque os processos se arrastavam por conta da burocracia existente, pelo que todos os partidos, provavelmente,

teriam que pensar melhor como impediriam que a burocracia fosse ela própria impeditiva do investimento porque era importante para a economia. -----

--- Relativamente ao PRR também se verificava uma complexidade nos projetos e na aprovação das candidaturas, sendo que considerava ser necessária aquela explicação. -----

--- Terminou dizendo que “adorava” que a Câmara Municipal fosse privada pois escolheria o empreiteiro que pretendia e fazia-o através de um telefonema mas, infelizmente não era assim, tinham um espartilho de regras que tinham que cumprir. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** dirigindo-se ao Deputado Municipal David Martins disse que também tinha levado uma folhas e que tinha um rabisco em obras não efetuadas e que eram vinte e uma. -----

--- Respondendo à Presidente da Câmara Municipal disse que tinha levantado falso testemunho contra ele e que não o permitia. O número que tinha referido não tinha sido encontrado por ele mas constava no Relatório de Gestão e Contas 2023, na página vinte e dois (22), novecentos e dez euros e quarenta e seis cêntimos (€ 910,46), portanto não tinha inventado o número e se os serviços não tinham feito bem as contas, era outra questão. -----

--- Tal como o Deputado Municipal David Martins também ele tinha levado o Anuário dos Municípios Portugueses, que tinha ido consultar e Tavira estava em primeiro (1.º) lugar no ano de 2022, mas também estava colocado nos vinte (20) primeiros municípios com maior índice de impostos por habitante, a par de Lisboa e Cascais que também não tinham IMT e, portanto, continuava a ser apurado por habitante, efetuando a divisão por pessoa. Sendo certo que a receita era muito maior nos municípios que tinha falado mas era possível fazer a comparação porque estava o cálculo por habitante e era, por isso, que estava nos indicadores.-----

--- **O Deputado Municipal José Mateus** disse já estar esclarecido pois pretendia saber se as intervenções elencadas por o Deputado Municipal David Martins já estavam liquidadas e tinha recebido uma mensagem que o tinham informado de que estavam. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que era certo que o Executivo anterior ao PSD tinha deixado dívidas e que ele gostava que o atual também deixasse, mas deixasse casas para as pessoas morarem, amarrações para amarrar os barcos, estradas para as pessoas circularem e todos os investimentos que estavam previstos no documento que tinha sido elaborado pela própria Câmara Municipal. -----

--- Aquela narrativa das dívidas de que os que vinham atrás pagavam, não lhe parecia correta porque recordava-se de naquela altura todos os municípios estarem com problemas devido à Lei 73/2013 que tinha trazido aflição a todos os municípios e dificuldades em gerir a sua tesouraria e, Tavira, sempre tinha gerido a sua dívida sem qualquer problema porque tinha receitas suficientes



para tal. Tavira não tinha sido a única Câmara Municipal do país que para justificar a necessidade de pagar a dívida, tinha aderido ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) mas a menos de metade do decurso do empréstimo tinha pago por não necessitar e porque causava constrangimentos.-----

--- Considerava que o que tinha sido feito, tinha sido bem feito e que tinham que continuar para que não houvesse carência de habitação, para que não houvesse aquela interrupção.-----

--- Voltando à questão da EMPET, tinha sido apresentado um relatório de viabilidade perfeitamente exequível conforme o ex-administrador poderia confirmar, sem problema algum, sem o imbróglio da situação da condenação em Tribunal. O empreiteiro tinha pedido cerca de um milhão de euros (€ 1.000.000,00) para fazer uns acertos e retirar umas pedras e, não tinham concordado, não tinham querido pagar, pelo que presentemente aquele valor ascenderia provavelmente a mais de sete milhões de euros (€ 7.000.000,00) pelo que não podiam culpar Macário Correia. O que se passava com a EMPET era culpa da atual administração, do Executivo Municipal, pois tinha sido quem tinha provocado a situação atual. Durante os últimos anos tinham vindo a solicitar que os informassem como iam resolver, quanto iria custar, contudo nada lhes era dito.-----

--- O **Deputado Municipal José Graça** disse que pretendia apenas salvaguardar uma das partes da intervenção do Deputado Municipal Jorge Corvo pretendendo apenas fazer uma precisão.-----

--- O Município de Tavira não tinha sido o único município a nível nacional a pedir o PAEL tendo havido mais municípios do Algarve e, não tinha sido o único a pagar antecipadamente, tendo havido outros municípios.-----

--- No caso concreto, o Município de Tavira tinha procedido a um levantamento das dívidas que julgava serem passíveis de incluir no PAEL para pagamento, no entanto tinha chegado à conclusão que a dívida remanescente relativa ao capital social da Polis Ria Formosa não podia ser incluída naquele pagamento e por isso o Município de Tavira, como outros, tinha chegado à conclusão que pagar o PAEL era mais desvantajoso do ponto de vista financeiro, tendo, por isso, resolvido antecipar o pagamento previsto.-----

--- Concluiu dizendo que se estivesse errado pedia à Presidente da Câmara Municipal que o corrigisse.-----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** disse que devido ao valor dos juros tinham entendido pagar antecipadamente tal como tinha acontecido em Loulé, Lagos e outros municípios do Algarve e do país.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a **PROPOSTA N.º 103/2024/CM – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023**, que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor,

dos deputados municipais Ana Cristina Santos Palmeira, Ângelo Filipe Silva Pereira, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Gisela Sofia Viegas, Jorge Francisco da Silva, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Pereira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Nuno Filipe Gonçalves Diogo e Nuno Leonel Gonçalves Mateus e (12) votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Humberto Martins Corvo, Muriel Cristina Dias, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás e Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos. -----

--- A bancada do PSD apresentou Declaração de Voto que se encontra em anexo à presente Ata como documento número cinco. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 111/2024/CM – 01/2022/155- PREDINVEN – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. – ACEITAÇÃO DA CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA FUTURO ALARGAMENTO DE ARRUAMENTO E EXECUÇÃO DE PASSEIO – DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA VAS DA GAMA, CABANAS DE TAVIRA. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal explicou que a proposta era semelhante a algumas que já tinham ali apresentado e estava relacionada com a aprovação de um loteamento e, no âmbito daquele loteamento existia uma área de cedência para um alargamento de um arruamento. Como aquelas parcelas tinham que integrar o domínio público municipal e o domínio público era uma competência da Assembleia Municipal, o que propunham era que a Assembleia Municipal aceitasse oitenta e dois (82) metros quadrados para serem integrados no domínio público municipal e, futuramente, ser efetuado o alargamento do arruamento em Cabanas. -----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que relativamente àquela proposta pretendiam questionar o facto de terem recebido aquele aditamento perto das 16:00 horas daquele mesmo dia o que não lhes dava tempo para analisar o documento e não cumpria os prazos legais estipulados no Regimento da Assembleia Municipal. Consideravam que não se tratava de uma proposta relevante e que tinha sido explicada pela Presidente da Câmara Municipal, todavia entendiam que os prazos deveriam de ser cumpridos, os procedimentos constantes no Regimento da Assembleia Municipal e que, analisar uma proposta das 16:00 para as 21:00 horas, como todos deveriam de compreender, até porque estavam a trabalhar, não tinham tempo de a analisar e



reunir, pelo que pedia que tivessem mais atenção àquele tipo de situação que lhes parecia algo abusiva.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que apenas tinha acontecido por se tratar de uma proposta que era mais um pró-forma, se referia a uma pequena faixa de terreno e cuja informação estava detalhada sendo que não seriam necessários mais de dez (10) minutos para a lerem e analisar.-----

--- Acrescentou que, obviamente, a tratar-se de uma proposta com maior complexidade, nem a teriam apresentado, até porque não tinha uma urgência especial sendo apenas para ficar apenas ao processo do loteamento, porque, infelizmente tinham alguma situações daquela natureza para integrar no domínio público o que, por vezes, gerava alguma confusão e, portanto, estavam ali numa tentativa de fazer tudo atempadamente para que ficasse dentro do processo de obras e não ser possível dentro de uns tempos dizerem que ninguém se recordava.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a **PROPOSTA N.º 111/2024/CM – 01/2022/155- PREDINVEN – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. – ACEITAÇÃO DA CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA FUTURO ALARGAMENTO DE ARRUAMENTO E EXECUÇÃO DE PASSEIO – DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA VAS DA GAMA, CABANAS DE TAVIRA** que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Terminados os pontos em apreciação e votação, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse que passavam ao período de intervenção do público. Informou que tinha duas inscrições e pediu para que as intervenções não ultrapassem os três minutos.-----

--- **O Município Amara Kader** falou em inglês pelo que o **Presidente da Assembleia Municipal** verificando que se tratava do mesmo assunto, pediu ao Município Vítor Rodrigues que apresentasse o problema.-----

--- **O Município Vítor Rodrigues** disse que era empresário do concelho de Tavira e tinha estado ligado a um empreendimento na Conceição de Tavira, as moradias amarelas junto ao Cemitério, tendo sido ele que o tinha construído. No ano de 2009 tinham sido entregues as infraestruturas ao Município de Tavira, tendo as estradas sido feitas por ele próprio.-----

--- Infelizmente o Município tinha recebido as infraestruturas mas não lhes tinha dado o devido tratamento. Existia ali uma cortina arbórea, aprovada pelo Município, que estava derrubada e haviam vinte (20) moradores a pagar os seus IMI's.-----

--- As moradias estavam vendidas e, presentemente os arruamentos não tinham árvores, a cortina arbórea estava destruída. Já tinha apresentado várias reclamações, apresentações, remetido diversos *emails* ao Município e até à presente data não tinha acontecido nada e estava visível, pelo que poderiam ir ao local verificar.-----



--- Acrescentou que não tinha qualquer Partido, que nada tinha a ver com isso, mas considerava ser injusto para quem era proprietário, para quem tinha sido investidor e tinha pago muitas verbas ao Município. Disse que havia um descontentamento, que ele próprio era proprietário da fração A e o senhor francês era engenheiro e também proprietário sendo que no empreendimento estavam vinte (20) pessoas descontentes. -----

--- Os arruamentos não tinham árvores e estavam em más condições, pelo que questionava se houvesse ali um acidente quem era o responsável. Ao nível da poluição sonora estavam com noventa (90) decibéis dentro do lote, pelo que, também questionava quem era o responsável. -----

--- Não gostava de fazer aquelas exposições, mas era frustrante, tinha limites e tinha atingido o limite até porque a correspondência que tinha enviado não tinha sido respondida. No ano transato tinha remetido um *email* ao Município que não tinha sido respondido e tinha que fazer uma apresentação a todos os proprietários, o que considerava injusto. -----

--- Terminou dizendo que existiam mais matérias mas pedia que fossem ao local verificar e vissem os projetos que tinham sido aprovados e o que estava liquidado. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que não se recordava das exposições que tinha efetuado, que recordava-se de há uns anos atrás o Presidente da Junta de Freguesia ter falado com ela porque as Infraestruturas de Portugal (IP) tinha cortado a vegetação que fazia a cortina de insonorização como o Município tinha dito. -----

--- **O Deputado Municipal Ângelo Pereira** informou que o loteamento em causa era o Homefield Gardens cuja manutenção das zonas verdes e a gestão lhes tinha sido delegada nas competências e, nos últimos anos, tinha vindo a falar com o Município sobre aquele assunto. -----

--- A Junta de Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira para além dos seus funcionários tinha até contratado uma empresa para proceder à limpeza daquele espaço, ao trabalho mais difícil, nomeadamente o corte das folhas das palmeiras além da limpeza do jardim, o que poderia provar. -----

--- Afirmou que o Município tinha razão ao dizer que faltavam algumas árvores nas caleiras, que tinham ido morrendo, tendo que ter sido abatidas. A frustração dos proprietários era devida ao facto da IP, como a Presidente da Câmara Municipal tinha dito, sem dar conhecimento a ninguém, ter mandado cortar, tal como já havia sido efetuado em Faro, na zona do Aeroporto, que tinha originado confusão idêntica. Ele mesmo tinha falado com o responsável que lhe tinha dito ter ordens para fazer aquele trabalho. Considerava que a IP não deveria ter cortado e, no corrente ano, já estavam a fazê-lo novamente, tendo sido parados a tempo, não tendo cortado nem metade do ano anterior. -----



--- O Deputado Municipal José Graça questionou o Presidente da Junta de Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira se tinha sido a IP ou a subconcessionária Rotas do Algarve Litoral S.A., porque eram duas entidades distintas.-----

--- O Deputado Municipal Ângelo Correia respondeu que não tinha conhecimento pois tratava-se de uma empresa contratada que lhe tinham dito que trabalhavam para as estradas do Algarve, e que tinha sido um engenheiro chamado Rui que os tinha mandado fazer aquele trabalho. -----

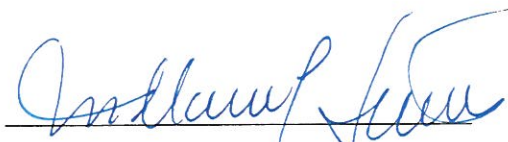
--- Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos os que tinham colaborado para que fosse possível o funcionamento da Assembleia Municipal, a presença dos deputados municipais, do Executivo Municipal, os funcionários da biblioteca municipal, os técnicos de informática, de som e imagem e os serviços de apoio à Mesa. -----

--- Disse que no dia seguinte se celebrava o Dia do Trabalhador, que esperava que todos passassem um bom dia 1.º de Maio.-----

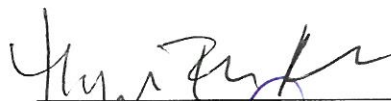
--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pela vinte e três horas e cinquenta e oito minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



(Muriel Cristina Dias Neto)



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

RESTAURAÇÃO TAVIRENSE RECONHECIDA NA GALA MICHELIN NO ALGARVE

A Região do Algarve recebeu a primeira MICHELIN Guide Ceremony Portugal, numa cerimónia que decorreu no dia 27 de fevereiro, no NAU Salgados Palace & Congress Center da Guia, em Albufeira, tendo como coordenadores gastronómicos do evento os chefs Koschina Dieter, do restaurante Vila Joya (duas Estrelas MICHELIN), e Rui Silvestre, do restaurante Vistas Rui Silvestre (uma Estrela MICHELIN).

Neste evento algarvio, foi apresentada pela primeira vez, a seleção de restaurantes do guia de Portugal, bem como um conjunto adicional de prémios e distinções consideradas no mundo da gastronomia de referência e do turismo de alta qualidade.

A gastronomia algarvia está, como em todo o território português, ligada às tradições, mas vive um assinalável processo de atualização, sendo ainda de destacar a diversidade patente na gastronomia das diferentes localidades e regiões. Aliás, o que claramente distingue a gastronomia portuguesa é a sua grande riqueza regional, baseada em produtos autóctones que fundamentam um receituário muito diversificado. No caso do Algarve, encontram-se inúmeros peixes e mariscos na sua gastronomia, muitas vezes preparados na grelha para realçar, sem mascarar, a grande qualidade e sabor.

A estreita ligação do Algarve ao mar, uma referência internacional do litoral português, determina o forte carácter marítimo da sua gastronomia, com criações regionais tipicamente simples, onde é possível explorar a excelente qualidade dos seus peixes e



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

mariscos. Em toda a região, além de um clima ameno, das magníficas praias e belíssimas paisagens naturais, os visitantes e os amantes da gastronomia podem usufruir de diversas formas de preparar e cozinhar o peixe, em receitas como as caldeiradas, em sopas ou grelhado no carvão, ou ainda na cataplana, onde uma caçarola esférica de cobre, dividida em duas metades permite uma cocção suave com alguma pressão. Outras especialidades da região do Algarve são o cozido de grão-de-bico, as carnes, o milho e os vegetais, igualmente parte integrante da experiência gastronómica da serra. A doçaria do Algarve privilegia a amêndoa e a alfarroba, produtos utilizados nos famosos Dom Rodrigo e nos Morgadinhos.

Se bem que Tavira tenha mantido um restaurante com uma estrela Michelin – o restaurante “A Ver Tavira, sublinhe-se o alargamento dos estabelecimentos tavirenses recomendados por aquela instituição internacional, juntando o restaurante “Noélia” em Cabanas ao Restaurante “À Mesa”, localizado no centro da cidade.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reunida a 30 de abril de 2024, delibera:

- 1) Aprovar um Voto de Congratulação pela realização da primeira Gala Michelin Portugal na Região do Algarve e pelo crescente reconhecimento internacional dos estabelecimentos de restauração de Tavira.
- 2) Enviar o presente Voto de Congratulação aos titulares destas distinções, como prova do nosso apreço institucional pela sua atividade e como incentivo na sua caminhada pela excelência gastronómica, bem como ao Turismo de Portugal, I.P: e à Região de Turismo do Algarve, enquanto parceiros na realização da Gala.
- 3) Remeter cópia da Deliberação que recair sobre esta proposta, à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para divulgação aos órgãos de comunicação locais, regionais e nacionais e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município.

Tavira, 26 de abril de 2024

A Bancada do Partido Socialista



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PRÉMIO NACIONAL DE FOTOGRAFIA DE ESPANHA 2024

O fotógrafo tavirense João Ribeiro foi agraciado em março com o prestigiado Prémio Nacional de Fotografia de Espanha 2024, em Gibrleón, Huelva, repetindo o feito alcançado em 2021.

Com uma carreira de mais de 25 anos dedicada à arte da fotografia e à promoção cultural através da arte contemporânea, João Ribeiro destacou-se pela sua habilidade em capturar momentos únicos e construindo narrativas visuais cativantes.

Em 2021, João Ribeiro tinha sido destacado e premiado no mesmo certame com o Prémio Nacional, tendo sido na altura, o primeiro estrangeiro a ser premiado com este galardão espanhol.

Além da sua excelência como fotógrafo, João Ribeiro é também reconhecido pelo seu compromisso com o ensino da fotografia (Escola Profissional Gil Eanes, em Portimão), e a promoção da fotografia como forma de expressão artística na arte contemporânea.

Tem ainda desempenhado um papel fundamental na formação de novos talentos e na divulgação da importância da fotografia na sociedade contemporânea, nomeadamente através da agremiação tavirense Associação e Núcleo Amigos Fotógrafos Algarve (A|NAFA), da qual foi fundador e dirigente.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reunida a 30 de abril de 2024, delibera:

- 1) Aprovar um Voto de Congratulação pelo reconhecimento internacional alcançado pelo fotógrafo João Ribeiro.
- 2) Enviar o presente Voto de Congratulação ao fotógrafo e às direções da Associação e Núcleo Amigos Fotógrafos Algarve (A|NAFA) e da Escola Profissional Gil Eanes, em Portimão).
- 3) Remeter cópia da Deliberação que recair sobre esta proposta, à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para divulgação aos órgãos de comunicação locais, regionais e nacionais e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município.

Tavira, 26 de abril de 2024

A Bancada do Partido Socialista,



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de pesar pelo falecimento de

Nuno Manuel Gonçalves Júdice

Nuno Manuel Gonçalves Júdice nasceu em 29 de abril 1949 na Mexilhoeira Grande (Portimão) e faleceu no dia 17 de março na cidade Lisboa. Licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, obteve o grau de Doutor pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com uma dissertação sobre Literatura Medieval, na qual foi professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, até à sua aposentação, como professor associado, em 2015.

Considerado um autor decisivo numa época de transição da poesia portuguesa, entre as tendências experimentais da década de 1960 e o tom mais quotidiano dos anos 80 e seguintes, a sua estreia literária deu-se com *A Noção de Poema* (1972). A sua obra inclui antologias, edições de crítica literária, estudos sobre Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. Lançou, em 1993, a antologia sobre literatura portuguesa do século XX, *Voyage dans un siècle de Littérature Portugaise*. Assinou ainda obras para teatro e traduziu autores como Corneille e Emily Dickinson. Tem obras traduzidas em Espanha, Itália, Venezuela, Inglaterra, França, México, Irão, China, Albânia, Suécia, Dinamarca, Grécia, Marrocos, Líbano, Colômbia, Canadá e República Checa.

Foi diretor da revista literária *Tabacaria* (1996-2009), editada pela Casa Fernando Pessoa, e Comissário para a área da Literatura da representação portuguesa à 49ª Feira do Livro de Frankfurt. Foi também Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal (1997-2004) e diretor do Instituto Camões em Paris. Organizou a Semana Europeia da Poesia,



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

no âmbito da Lisboa '94 - Capital Europeia da Cultura. Foi diretor da Revista Colóquio-Letras da Fundação Calouste Gulbenkian.

Sendo um dos poetas portugueses mais traduzidos internacionalmente, recebeu, entre muitos outros, o Prémio Ibero-Americano Rainha Sofia, em 2013. Integrando a antologia de poetas algarvios "Algarve – 12 poetas a sul do século XXI" (2012), o volume "50 Anos de Poesia (1972-2022)" é uma súpula do seu percurso de meio século, que reúne mais de setenta títulos, entre poesia, ficção e teatro.

Reconhecido pelos seus pares e pela crítica em inúmeras ocasiões, recebeu ainda o Prémio Pen Clube em 1985 e o Prémio D. Dinis da Casa de Mateus em 1990. Em 1994, a Associação Portuguesa de Escritores distinguiu-o pela publicação de Meditação sobre Ruínas, e foi finalista do Prémio Europeu de Literatura Aristeion. A 10 de junho de 1992, foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada e, a 7 de junho de 2013, Grande-Oficial da mesma ordem.

Cantado por José Mário Branco, Carlos do Carmo, Carminho ou António Zambujo, o poeta algarvio foi justamente considerado um dos mais importantes da sua geração e, numa entrevista à RTP, começa por dizer que o poema é "a expressão de uma intensidade". Da infância no Algarve, da qual guardava memórias vivas, confessa "que é lá, na terra onde nasceu, que se sente rejuvenescer".

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de abril de 2024, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Nuno júdice.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.
3. Recomendar ao Município de Tavira a perpetuação da sua memória na toponímia taviense, como um dos maiores poetas algarvios de todos os tempos.
- 4.

Tavira, 26 de abril de 2024

A Bancada do Partido Socialista,



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de pesar pelo falecimento

de

Carlos André de Sousa Gomes

O falecimento do Dr. Carlos André de Sousa Gomes, médico de Saúde Pública e antigo Delegado de Saúde e Coordenador da Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve III – Sotavento, entre 2011 e 2022.

Iniciou o seu percurso profissional nos anos 80, passando pelo Alentejo, Setúbal e região do Algarve, tendo desempenhado a Coordenação de Serviços de Saúde e Delegado Concelhio de Saúde, nos concelhos de Serpa, Palmela, Castro Marim e Vila Real de Santo António. Em 2009 foi designado Vogal do Conselho Clínico do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve III – Sotavento e, posteriormente, em finais de 2011, Delegado de Saúde Coordenador da Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve III – Sotavento, o qual tem a sua sede em Tavira, cargo que desempenhou até se aposentar, em 2022.

Ao longo da sua carreira coordenou ainda diversos Programas Regionais de Saúde, designadamente, PEPT 2000 - Programa de Educação para Todos, o Programa de Intervenção Integrada sobre Fatores Determinantes da Saúde relacionados com os estilos de vida e o Programa de Saúde Escolar.

Deve igualmente ser reconhecido o trabalho desenvolvido como membro da Subcomissão Municipal de Proteção Civil que, durante a pandemia COVID-19, assumiu um papel fulcral, trabalhando afincadamente, para a tão desejada mitigação da propagação da doença.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

A sua disponibilidade para colaborar com o Município foi total, sempre numa atitude proactiva na procura de soluções, perante uma nova realidade, e na resposta atempada às solicitações por parte da população.

Conhecido pela sua simpatia e boa disposição, tratamento amável e proximidade dos utentes, funcionários e entidades, deixou uma enorme saudade em todos aqueles que com ele tiveram o privilégio de se relacionar.

Noutra faceta menos conhecida, sublinhe-se o seu empenho na preservação e valorização do Património Cultural Imaterial, nomeadamente através da sua participação em grupos de música popular e tradicional, como foi o caso do grupo Dar de Vaia, um projecto com mais de trinta anos de existência.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de abril de 2024, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Carlos André de Sousa Gomes.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e ao Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve III – Sotavento e à Administração Regional de Saúde do Algarve, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Voto de Pesar

Carlos André de Sousa Gomes

Carlos André de Sousa Gomes, natural de São Brás de Alportel, faleceu a 02 de abril de 2024, com 68 anos.

Iniciou o seu percurso profissional nos anos 80, esteve ao serviço do SNS cerca de 40 anos, tendo-se reformado em junho de 2022, passou pelo Alentejo, Setúbal e região do Algarve, tendo desempenhado a Coordenação de Serviços de Saúde e Delegado Concelhio de Saúde, nos concelhos de Serpa, Palmela, Castro Marim e Vila Real de Santo António.

Em 2009 foi designado Vogal do Conselho Clínico do ACeS Sotavento e, posteriormente, em finais de 2011 Delegado de Saúde Coordenador da Unidade de Saúde Pública do ACeS Sotavento, cargo que desempenhou até 2022.

Ao longo da sua carreira coordenou ainda diversos Programas regionais de Saúde, designadamente, PEPT 2000 – Programa de Educação para Todos, o Programa de Intervenção Integrada sobre Fatores Determinantes da Saúde relacionados com os estilos de vida e o Programa de Saúde Escolar.

Por todos os sítios por onde passou, é consensual sublinhar-se a sua relação disponível para com todos, bem como a sua boa disposição e o seu espírito solidário e diligente.

Pela sua dedicação à saúde pública, pelas suas qualidades profissionais, pelas suas qualidades humanas e pelo seu exemplo, endereçamos a toda a família e amigos as nossa condolências e sentido de profundo pesar.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de abril de 2024, delibera:

- Aprovar publicamente um Voto de Pesar pela morte de Carlos André Sousa Gomes;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento à sua família enlutada, apresentando-lhes as nossas condolências e sentido de pesar.

Tavira, 30 de abril de 2024

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)